

ATA N.º 12/2016

REUNIÃO ORDINÁRIA DE OITO DE JUNHO DO ANO DOIS MIL E DEZASSEIS

Aos oito dias do mês de junho do ano dois mil e dezasseis, nesta Localidade da Lançada, na Sede Vasco da Gama Futebol Clube da Lançada, compareceram para a reunião ordinária, os membros desta Câmara Municipal, os Excelentíssimos Senhores:-----

Presidente: Nuno Miguel Caramujo Ribeiro Canta (PS)

Vereadores: Carlos Jorge Antunes de Almeida (CDU)

João Paulo da Fonseca Marques Dinis (PSD)

José Francisco dos Santos (PS)

Nuno Luís Oliveira Marques Victorino Catarino (CDU)

Pedro Nuno da Silva Vieira (PSD)

Maria Clara de Oliveira da Silva (PS)

Às vinte e uma horas, com a presença da Técnica Superior da Divisão de Administração Organizacional, Carla Isabel Guerreiro Pereira Borbinha, o Senhor Presidente da Câmara Municipal assumiu a Presidência e ocuparam os seus lugares os respetivos membros presentes. -----

Faltou por motivo justificado a Senhora Vereadora Ana Isabel Leonardo Baliza (CDU), tendo informado que estaria ausente e em sua substituição compareceu o Senhor Vereador Nuno Luís Oliveira Marques Victorino Catarino (CDU). -----

Faltou por motivo justificado a Senhora Vereadora Maria das Mercês Borges (PSD), tendo informado que estaria ausente e em sua substituição compareceu o Senhor Vereador João Paulo da Fonseca Marques Dinis (PSD).-----

Assim e constatada a existência de quórum o Senhor Presidente da Câmara Municipal, Nuno Ribeiro Canta, declarou aberto o período de-----

----- ANTES DA ORDEM DO DIA-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Nuno Ribeiro Canta, leu uma Declaração Política intitulada “Reuniões de Câmara Descentralizadas”, cujo teor a seguir se transcreve:-----

“Senhoras e Senhores Vereadores, -----
Cumprimos, uma vez mais, na freguesia de Sarilhos Grandes, aqui na histórica localidade da Lançada, terra de moinhos de maré e do Conde da Lançada, as

reuniões públicas da Câmara Municipal do Montijo descentralizadas nas freguesias do concelho. -----

Saudamos todo o povo de Sarilhos Grandes, os seus representantes, as instituições e movimento associativo, e todos os presentes nesta sala, gentilmente cedida pelo Vasco da Gama Futebol da Lançada. -----

Agradecemos os atuais autarcas da Freguesia de Sarilhos Grandes.-----

Agradecemos aos atuais autarcas da Freguesia de Sarilhos Grandes, na pessoa do Senhor Presidente da Junta, o Senhor Joaquim Batalha, e ao Presidente da Direção do Vasco da Gama Futebol Clube da Lançada, Senhor Júlio Mascarenhas, pela disponibilização da sede e pela cooperação demonstrada na logística necessária à realização da reunião de câmara.-----

Com esta reunião descentralizada da Câmara Municipal do Montijo queremos valorizar a importância do contacto direto com as populações, valorizar a importância de auscultação das pessoas, valorizar a importância da proximidade entre eleitos e eleitores.-----

A proximidade aos problemas e desafios das pessoas é cada vez mais exigido na vida política, pelo facto de a sociedade ter aumentado a sua exigência de controlo e de participação, e dos procedimentos administrativos continuarem a ser distantes. -----

Contudo, a aproximação entre políticos e eleitores não se resolve colocando o povo no lugar dos governantes, suprimindo a dimensão representativa da democracia. Resolve-se com uns e outros, sociedade e políticos, num combate conjunto pela confiança.-----

É a procura dessa confiança que estamos hoje aqui a resgatar, escutando realmente as pessoas, as vozes mais ruidosas e as vozes menos ouvidas. Queremos mais participação dos cidadãos, mas queremos sobretudo uma melhor interação entre os eleitos e eleitores na consolidação da nossa democracia local.-----

Aproveito a oportunidade para informar os presentes das obras que concluímos na freguesia de Sarilhos Grandes, sempre com o objetivo de melhorar a qualidade de vida das pessoas e apesar das atuais restrições financeiras em que nos encontramos. Procedemos à regularização dos caminhos rurais por toda a freguesia de Sarilhos Grandes; ao corte de ervas e limpeza de bermas; à pavimentação da Rua Fernando Pessoa; à reparação e manutenção do dique e ponte pedonal do Moinho de Maré de Sarilhos Grandes; ao apoio à II Feira de Gastronomia e da Flor que decorreu na Lançada; à sinalização horizontal em diversos arruamentos da Freguesia.-----

Continuamos empenhados no nosso compromisso com uma política de proximidade, inscrito nos compromissos assumidos com os montijenses, que está a ser cumprido com estas reuniões de câmara descentralizadas e com visitas às freguesias.-----



Livro 25
Folha 531

Estas reuniões de câmara descentralizadas permitem uma relação de proximidade com os cidadãos, assim como uma maior participação do público. É nosso entender que não existe decisão política sem ouvir a população, permitindo, assim, ir ao encontro das necessidades dos cidadãos de forma mais célere, eficaz e eficiente.-----

Por estarmos conscientes e acreditarmos na importância de aproximarmos cidadãos da vida municipal, os munícipes, os fregueses, é que saudamos todos os presentes nesta reunião de câmara descentralizada, apelando à sua participação, no período do público, e esperando que os problemas que aqui venham colocar tenham um bom acolhimento por parte da Câmara Municipal”.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Nuno Ribeiro Canta, leu uma Declaração Política intitulada “Vinhos de Pegões Reconhecidos com Prémios Internacionais”, cujo teor a seguir se transcreve: -----

“Senhoras e Senhores Vereadores,-----

A cooperativa Agrícola de Santo Isidro de Pegões e o Município do Montijo foram, nos passados dias 26 a 28 de maio, as instituições portuguesas mais medalhadas no Concurso Internacional de Vinhos “La Selezione del Sindaco”, na cidade italiana de L’Aquila.-----

A “Selezione del Sindaco” é um concurso enológico singular porque as adegas só podem participar em aliança com os territórios produtores, os Municípios, e dedica uma atenção particular aos vinhedos autóctones.-----

A região portuguesa mais premiada foi a Península de Setúbal, com 20 medalhas, e foi para o Município do Montijo que foram mais medalhas, num total de 13 medalhas arrecadadas pela Cooperativa Agrícola de Santo Isidro de Pegões.-----

Foram treze medalhas inesquecíveis. A Cooperativa Agrícola de Pegões apresentou a concurso vinhos de excelência, produzidos a partir de solos de excelência, e representou com dignidade a agricultura e a agro-indústria montijense. Montijo celebrou, em Itália, a grande festa do vinho, numa organização que englobou mais de 1100 vinhos a concurso de todo o mundo e classificada, pelos participantes, como das melhores de sempre.-----

Com mais este conjunto de vinhos de Pegões medalhados, prestamos homenagem aos agricultores, aos trabalhadores, aos enólogos, aos empresários do Montijo e que muito têm contribuído para o prestígio da nossa terra.-----

É preciso saber aproveitar esse impulso e essa energia para outros projetos, outros setores económicos, outras ambições. Sabemos que a renovação das energias se faz também com acontecimentos simbólicos e mobilizadores. Com este concurso, Montijo projetou a sua imagem no Mundo.-----

O contributo da Cooperativa Agrícola de Santo Isidro de Pegões foi decisivo.---
A Cooperativa Agrícola de Santo Isidro de Pegões é uma associação de agricultores, cuja criação livre foi possível pelo movimento cooperativo após

1958. A sua história confunde-se com a do Colonato de Pegões e com a afirmação da vitivinicultura das terras de Pegões. A cooperativa de Pegões é hoje uma instituição competitiva, dispõe de um sistema produtivo moderno, tecnologicamente avançado, capaz de produzir dos melhores vinhos do mundo. Neste momento, quero distinguir o valor empresarial, o talento técnico, a dedicação dos trabalhadores, o esforço dos dirigentes, no percurso histórico da Adega Cooperativa de Santo Isidro de Pegões. Quero saudar todos os que no passado deram o melhor para afirmar a cooperativa de Pegões, os que continuarão esse legado e aqueles que no presente continuam a dar-lhe a grandeza que ela tem. Todos são merecedores da nossa admiração e profundo reconhecimento. Os seus nomes ficam ligados a um feito empresarial notável nunca antes alcançado: o território municipal português mais medalhado na XV edição do concurso enológico internacional “La Selezione del Sindaco”.-----
Parabéns!”-----

O Senhor **Presidente da Câmara Municipal, Nuno Ribeiro Canta**, leu uma Declaração Política intitulada “A coligação negativa do PSD e da CDU”, cujo teor a seguir se transcreve:-----

“Senhoras e Senhoras Vereadores,-----
Na última reunião, as forças da oposição, o PSD e a CDU, unidas na Câmara Municipal do Montijo, decidiram contrariar o voto livre dos montijenses, convocando uma maioria negativa para votar contra um conjunto de atualizações dos regulamentos municipais.-----
Este voto contra em conjunto do PSD e da CDU, num bloqueio claro à atualização dos regulamentos, em obediência à Lei, revela que a vontade dos Vereadores da oposição em criar obstáculos à gestão municipal é maior que a vontade em contribuir para o desenvolvimento e progresso do Montijo.-----
Estamos certos que esta postura política de bloqueio é inadequada perante os interesses dos montijenses. Pois, o voto contra do PSD e da CDU impede, injustificadamente, que os concessionários de bancas, talhos e outros espaços comerciais do Mercado Municipal tenham um abaixamento das taxas das bancas e talhos. O voto contra do PSD e da CDU impede, injustificadamente, o abaixamento das taxas urbanísticas para a edificação de estufas e para a edificação de explorações pecuárias, designadamente da suinicultura. O voto contra do PSD e da CDU impede, injustificadamente, o abaixamento das taxas de ocupação do espaço público para as esplanadas na cidade e nas freguesias. Mas, sobretudo, o voto contra da CDU e do PSD é irresponsável perante a legalidade a que o Município do Montijo está obrigado.-----
O Município do Montijo iniciou este conjunto de procedimentos regulamentares, rejeitados sem nenhuma justificação pelos Senhores Vereadores da oposição, no respeito pelas regras previstas nos artigos 97.º e seguintes do Código do



Procedimento Administrativo, e por força da entrada em vigor da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----

A obrigação destes procedimentos foi suscitada pela publicação do Decreto-Lei n.º 10/2015, de 16 de janeiro, que veio instituir o denominado “Regime Jurídico de Acesso e Exercício de Atividades de Comércio, Serviços e Restauração”, procedendo ainda à alteração dos seguintes diplomas: o Decreto-Lei n.º 48/96, de 15 de maio, que versa sobre os horários dos estabelecimentos comerciais; o Decreto-Lei n.º 48/2011, de 1 de abril, que instituiu o Licenciamento Zero; o Decreto-Lei n.º 8/2007, de 17 de janeiro; o Decreto-Lei n.º 70/2007, de 26 de março; o Decreto-Lei n.º 13/2013, de 31 de janeiro. -----

De forma exaustiva, cabe ainda dizer que o Decreto-lei n.º 10/2015, de 16 de janeiro, revogou, total ou parcialmente, os seguintes diplomas: a Lei n.º 33/2008, de 22 de julho; a Lei n.º 13/2011, de 29 de abril; a Lei n.º 13/2013, de 31 de janeiro; a Lei n.º 27/2013, de 12 de abril; o Decreto-Lei n.º 340/82, de 25 de agosto; o Decreto-Lei n.º 48/96, de 15 de maio; o Decreto-Lei n.º 205/2005, de 28 de novembro; o Decreto-Lei n.º 70/2007, de 26 de março; o Decreto-Lei n.º 259/2007, de 17 de julho; o Decreto-Lei n.º 177/2008, de 26 de agosto; o Decreto-Lei n.º 21/2009, de 19 de janeiro; o Decreto-Lei n.º 109/2010, de 14 de outubro; o Decreto-Lei n.º 48/2011, de 1 de abril; o Decreto-Lei n.º 173/2012, de 2 de agosto; o Decreto-Lei n.º 174/2012, de 2 de agosto; a Portaria n.º 154/96, de 15 de maio; a Portaria n.º 1111/2008, de 3 de outubro; a Portaria n.º 417/2009, de 16 de abril; a Portaria n.º 418/2009, de 16 de abril; a Portaria n.º 1237-A/2010, de 13 de dezembro; a Portaria n.º 215/2011, de 31 de maio; a Portaria n.º 239/2011, de 21 de junho; a Portaria n.º 207-A/2013, de 25 de junho.-----

Por aqui nos apercebemos da extensão da necessidade de atualização regulamentar que o legislador impôs aos municípios portugueses.-----

No domínio do Licenciamento Zero, as alterações são por demais significativa, quer na nomenclatura adotada, quer do ponto de vista substantivo, quer do ponto de vista tributário quer, por último, em matéria contraordenacional. ---

Com a publicação do Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, foram criados novos procedimentos, alterados outros e modificado o acervo das competências municipais. -----

Numa perspetiva tributária, as alterações geram impossibilidade de cobrar determinadas taxas e obrigam à criação de novas taxas, ao abrigo do princípio constitucional da autonomia das autarquias locais e do regime instituído pela Lei n.º 53-E/2006, de 29 de dezembro. -----

Entraram também em vigor: o Decreto-Lei n.º 85/2015, de 21 de maio, dos mercados locais de produtores; o Decreto-Lei n.º 110/2012, de 21 de maio, das instalações desportivas; o Decreto-lei n.º 69/2012, de 1 de agosto; e a Portaria n.º 138/2012, de 14 de maio, do alojamento local. -----

A aplicação do Decreto-Lei n.º 10/2015, de 16 de janeiro, e do Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de outubro, e todos os demais diplomas citados obrigou à revisão profunda dos seguintes normativos municipais:-----

- 1 - Regulamento de Cobrança de Taxas; -----
- 2 - Regulamento de Mercados Municipais; -----
- 3 - Regulamento de Ocupação do Espaço Público;-----
- 4 - Regulamento de Publicidade;-----
- 5 - Regulamento de Venda Ambulante;-----
- 6 - Regulamento de Feiras Municipais;-----
- 7 - Regulamento dos Horários dos Estabelecimentos;-----
- 8 - Regulamento de Atividades Diversas.-----

Ficando para uma aprovação posterior o Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação.-----

Todas estas alterações tiveram ainda que ser compaginadas com a entrada em vigor do novo Código do Procedimento Administrativo.-----

Todas as alterações e inovações regulamentares contidas nos diversos procedimentos do Município do Montijo decorrem, assim, de imposições do legislador nacional, e sem os quais a autarquia fica inibida de exercer de forma adequada as suas competências.-----

Foi contra este conjunto de procedimentos regulamentares, resultantes do trabalho sério e rigoroso de serviços, técnicos, e prestação de serviços, que, as forças políticas da oposição votaram contra.-----

Não cederemos nunca a essa lógica de bloqueio político, de arrogância e de engano dos montijenses. É uma lógica inexplicável de rejeição sem critério dos fundamentos essenciais ao desenvolvimento do Montijo.-----

Somos obrigados a travar um combate com essa lógica, pela Câmara, pelos cidadãos, e no inteiro respeito pela legalidade.-----

Não vamos baixar os braços, vamos continuar a procurar os consensos necessários aos nossos objetivos, como cidadãos e como concelho, dos Vereadores esperamos o sentido de responsabilidade indispensável a ultrapassar mais um obstáculo que eles próprios criaram.-----

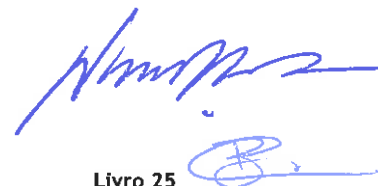
Temos confiança no bom senso e na maturidade democrática dos montijenses. Confio na serenidade e lucidez que sempre foi a marca do Povo do Montijo.-----

O Senhor **Presidente da Câmara Municipal, Nuno Ribeiro Canta**, prestou duas informações, cujo teor a seguir se transcreve:-----

1 - Esclarecimentos sobre Procedimentos Urbanísticos -----

“Senhoras e Senhores Vereadores,-----

Na última reunião pública da Câmara Municipal, o Senhor Vereador Pedro Vieira denunciou o que classificou serem irregularidades em obras particulares no Centro da Cidade.-----



Apresentou a situação de três obras em curso, na Rua Tenente Valadim, n.º 37, na Avenida dos Pescadores n.ºs 43 e 99.-----

Com base na denúncia do Sr. Vereador foram solicitados esclarecimentos aos serviços urbanísticos responsáveis. -----

Em resposta, os serviços informaram que nos dois primeiros casos as obras em causa estavam a decorrer sob a vigilância da fiscalização urbanística e que foram iniciados trabalhos de mera conservação e de alterações interiores, portanto isentos de controlo prévio por força do estipulado nas alíneas a) e b), do artigo 6.º do denominado Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE) - aprovado pelo Decreto-lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, e, mais recentemente alterado pelo Decreto-lei n.º 136/14, de 9 de setembro.-----

Informaram ainda os serviços urbanísticos que, logo quando se constatou que as ações dos proprietários extravasavam a natureza de meras obras de conservação, desrespeitando assim as disposições legais e regulamentares vigentes, a fiscalização urbanística atuou, tendo sido declarado imediatamente o embargo das obras em curso. -----

No último dos casos, a execução da obra carecia de prévio licenciamento, que se encontrava e encontra em curso. Não obstante e apesar se ter formalizado o pedido de aprovação de projeto, o proprietário optou por iniciar os trabalhos, de modo encapotado e sem a necessária publicidade. Essas ações consubstanciam também contraordenações puníveis, nos termos previstos pelo artigo 98.º, n.º 1, alínea a) do citado RJUE.-----

Salienta-se ainda que a entrada em vigor da última redação do RJUE, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, introduziu importantes alterações nos procedimentos de controlo administrativo prévio, reforçando a responsabilização dos intervenientes particulares nas respetivas operações urbanísticas e que, muitas vezes, os particulares, pouco conscientes dessa realidade, ainda optam por desrespeitar as regras. -----

Por essa atuação incorreta dos particulares, não pode, nem deve ser a administração responsabilizada. Deve sim atuar de modo a repor a legalidade.-

Por último, destacamos que, em todos os casos, as obras foram embargadas e que tratando-se em todas elas, de meras desconformidades de procedimento e não de ilegalidades materiais, em todas é também viável a reintegração da ordem administrativa, mediante a apresentação de projeto e com a emissão do alvará de construção ainda em falta.-----

2 - Errata à Prestação de Contas 2015-----

“Senhoras e Senhores Vereadores,-----

Com a proposta n.º 1009/2016 foi aprovada a prestação de contas consolidada de 2015, a qual seguiu para apreciação da Assembleia Municipal.-----

Entretanto, verificou-se que no quadro que corresponde à página 18 do documento, denominado “Anexo ao Balanço e à Demonstração de Resultados Consolidados”, existe uma gralha. -----

Foram auscultados os serviços, designadamente a Divisão de Gestão Financeira e Patrimonial e o Revisor Oficial de Contas sobre a gralha encontrada, tendo-se concluído que a mesma não influenciou nenhum dos resultados nem as respetivas demonstrações financeiras, encontrando-se certos os valores finais das contas aprovadas. -----

Face à inexistência de influência para o resultado final e sem que se verifique qualquer impacto que não seja nos parcelares do quadro em referência, optou-se por informar a Câmara Municipal e, posteriormente, a Assembleia Municipal, da gralha detetada, corrigindo-se o mero lapso de escrita na forma de errata. -----

Assim, nas penúltima e última linhas das colunas 5 e 7 - contadas da esquerda para a direita - do identificado quadro, temos as seguintes correções: -----

- Onde se lê 502 762,94 €, deve ler-se 374 527,80 €, nas duas linhas, e;-----
- Onde se lê 0,00 €, deve ler-se 7 494, 73 €, também nas duas linhas.-----

Será dado conhecimento à Assembleia Municipal desta errata, com a junção da presente informação aos documentos já enviados ao órgão deliberativo e a enviar ao Tribunal de Contas”.-----

O Senhor Vereador José Francisco dos Santos, no uso da palavra, leu duas declarações e uma informação, cujo teor a seguir se transcreve:-----

1. Declaração: Jogos do Futuro 2016 -----

“Sr. Presidente da Câmara, -----

Sras. e Srs. Vereadores, -----

A Câmara Municipal do Montijo, em conjunto com as Câmaras Municipais do Seixal, Setúbal, Sesimbra, Palmela, Moita, Barreiro, Almada e Alcochete, levaram a cabo a 4.ª Edição dos Jogos do Futuro 2016.-----

A cerimónia de abertura realizou-se a 3 de junho em Setúbal, tendo os jogos decorrido entre os dias 4 e 5 de Junho de 2016. Os escalões etários a competir envolveram os participantes nascidos em 2001/2002 e 2003/2004.-----

Esta atividade conjunta pretendeu promover o máximo de modalidades desportivas existentes em todos os concelhos, estimular no espaço intermunicipal a prática desportiva, o convívio e a partilha de conhecimentos entre o movimento associativo, o desporto escolar e as autarquias.-----

A Câmara Municipal do Montijo fez-se representar em 15 das 21 modalidades apresentadas na 4ª edição dos Jogos do Futuro, com um total de 277 atletas:--

- Andebol (Aldegalense Andebol Clube);-----
- Boccia (Desporto Escolar - Esc. D. Pedro Varela);-----
- Basquetebol Feminino (Casa do Benfica);-----

- Basquetebol Masculino (Montijo Basket);-----
- Canoagem (Clube Atlético do Montijo); -----
- Futebol 7 (Estrela Futebol Clube Afonsoeirense);-----
- Futebol 11 (Clube Olímpico do Montijo); -----
- Futsal (Academia Bairro Miranda); -----
- Judo (Centro Cultural e Desportivo do Montijo); -----
- Natação (Clube de Natação do Montijo); -----
- Ginástica “Duplo Mini Trampolins” (Ginásio Clube do Montijo);-----
- Ténis (Clube Ténis do Montijo); -----
- Xadrez (Ateneu Popular do Montijo) -----

O Município do Montijo foi o responsável pela organização das modalidades de Canoagem e Trampolins.-----

A competição de Canoagem realizou-se no domingo, 5 de Junho, entre as 15h00 e as 16h30, na Frente Ribeirinha, contando com a participação de três Municípios (Seixal, Sesimbra e Montijo), num total de 21 atletas. -----

A competição de Ginástica de “Duplo Mini Trampolim”, realizou-se também a 5 de junho, no Pavilhão Municipal do Esteval entre as 14h00 e as 19h20, e contou com a participação de 6 Municípios: Montijo, Almada, Seixal, Moita, Barreiro e Palmela. Estiveram em competição um total de 86 atletas. -----

A organização do evento disponibilizou a todos os participantes dos Municípios o transporte, equipamentos e refeições. Todos os atletas receberam ainda um Diploma de participação e medalhas para os primeiros três classificados de cada prova.-----

Foi com enorme satisfação que o Município de Montijo integrou esta organização e que verificámos o pronto envolvimento dos clubes e dos atletas nos Jogos do Futuro. Para além da vertente competitiva, é de salientar o convívio inter-autarquias que é proporcionado e estimulado por este tipo de eventos, sendo este um contributo importante para a dinamização dos espaços desportivos e para o envolvimento dos jovens na prática saudável das mais diversas modalidades desportivas. -----

Uma palavra final de agradecimento a todos os clubes e atletas envolvidos nestes jogos, bem como à Dr.ª Sandra Outeiro responsável não apenas pelas atividades realizadas no Montijo, mas também pela disponibilidade desde o arranque dos jogos. Realce também para os responsáveis nas modalidades de Canoagem, Dr. Ivo Quendera e de Trampolim, Prof. Sesinando Pereira”. -----

2. Declaração: Compro no Mercado -----

“Sr. Presidente da Câmara, -----

Sras. e Srs. Vereadores, -----

Numa ação de dinamização do Mercado Municipal, decorreu no passado Sábado, 4 de junho, a segunda edição da iniciativa “Compro no Mercado”, que incluiu provas de vinhos e degustação de produtos da região, venda de artesanato e de

produtos regionais, assim como animação pelo grupo “Combo Tradicional”, da Escola de Artes Sinfonias & Eventos.-----

Os mercados são lugares míticos e agregadores das sensibilidades sociais de uma localidade. Dinamizá-los, dar-lhes vida e modernizá-los são, não só um contributo para a dinamização da economia local, mas também um modo de os transformar num polo de agregação social. -----

Participaram nesta iniciativa as seguintes entidades: -----

- MALO TOJO WINES;-----
- QUINTA DOS MOCHOS de João Merino; -----
- FLORINEVE de Victor e Anabela Araújo; -----
- MELARIA PORTUGUESA de Sérgio Gouveia; -----
- PASSADO PORTUGUÊS de Sérgio André;-----
- FLORCERTA de Holger Baudisch; -----
- SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE CANHA;-----
- CESTARIA de Abel Loureiro -----

Saliento a realização de demonstrações de culinária no local, confeccionando ali mesmo os produtos em venda, o que sem dúvida gera um incentivo à experimentação e aquisição desses mesmos produtos.-----

A 2.ª edição do Cabaz Criativo foi uma vez mais um momento de grande animação, com a participação de 18 concorrentes, assumindo-se também como uma forma lúdica de estimular às compras no comércio tradicional. Foram vencedores: em 3.º Lugar, Fernanda Guerreiro; em 2.º Lugar, Marieta Duarte; em 1.º Lugar, Anabela Pedro.-----

A iniciativa “Compro no Mercado Municipal” foi promovida pela Câmara Municipal do Montijo, em colaboração com os vendedores do Mercado Municipal, artesãos e promotores locais e os vinhos Malo Tojo, a quem agradecemos uma vez mais toda a colaboração”.-----

3. Informação: Festas de São Pedro 2016 -----

De 28 de junho a 3 de julho, as ruas do Montijo voltam a receber milhares de pessoas nas Festas Populares de São Pedro e a celebrar a identidade e a Cultura da nossa terra. No passado dia 7, decorreu na Casa Mora, a apresentação do evento à comunicação social, com a presença do Presidente da Câmara e do Presidente da Comissão de Festas de São Pedro.-----

Animação, convívio, alegria e, também, devoção, brilho, tradições, sabores, cores e ritmo. Este ano mais uma vez serão inúmeros os atrativos para preencher os dias e as noites de festa, nas ruas e nos pátios que estarão ornamentados por milhares de flores de papel e outros elementos decorativos. Um programa diversificado, abrangente e amplo, para todas as idades e todos os gostos: das procissões no Rio e nas ruas da Cidade, às tradições taurinas, da gastronomia à música, das marchas populares aos bailaricos.-----

No dia 2 de julho, a partir das 15h30, as ruas da cidade vão receber mais de uma dezena de fanfarras para um Desfile de Fanfarras de Bombeiros, para além de bandas, entre elas a AMUT. -----

Para além das largadas de toiros todos os dias, as tradições tauromáquicas ganham especial relevo no dia 2 de julho com a 6.^a Corrida de Toiros Adega de Pegões com a participação sempre entusiástica dos dois grupos de forcados da terra, os Amadores do Montijo e a Tertúlia Tauromáquica do Montijo.-----

Uma inovação recente que é já uma tradição e um sucesso é o Bibe Elétrico. Este ano, duas saídas, nos dias 28 de junho e 2 de julho, para, como sempre, arrastar multidões pelas ruas do Montijo.-----

Entre as inúmeras ações previstas, destacamos ainda o 3.º Almoço Pé na Areia que reúne tertúlias e moradores num grande convívio na Rua Joaquim de Almeida; dois concertos inesquecíveis com Áurea, na abertura, e com Jorge Palma, no encerramento, para além do jovem montijense Luís Sequeira, após o qual decorrerá um magnífico espetáculo de fogo-de-artifício com a tradicional queima do batel.-----

- 5 Quilómetros de arraial, revestido por 60 mil lâmpadas de várias cores; 80 Mil metros quadrados é a área de influência da festa na zona central do Montijo;
- 15 Mil flores e outros elementos decorativos produzidos por um grupo de voluntárias e pelos utentes das IPSS do concelho; 2500 Participantes em espetáculos musicais, de dança, de atividades taurinas e atividades desportivas; 143 eventos (118 de música e dança, 4 religiosos, 5 desportivos e 16 atividades taurinas) repartidos por 8 palcos. -----

A Câmara Municipal saúda a Comissão de Festas de S. Pedro e todas as associações, empresas e outras instituições da sociedade civil envolvidas e deseja o maior sucesso para a edição 2016”.-----

A Senhora **Vereadora Maria Clara Silva**, no uso da palavra, prestou um conjunto de informações, cujo teor a seguir se transcreve: -----

“Gostaria de saudar esta reunião de câmara nesta associação até porque no ano em que se comemora os 40 anos das primeiras eleições democráticas para as autarquias, nada melhor do que estarmos numa associação a fazer esta reunião de câmara. Efetivamente a democracia veio permitir deveres e obrigações para todos nós, mas também respeito pelos outros e por cada um de nós individualmente, e não posso deixar de dizer que enquanto o Senhor Presidente da Câmara proferiu algumas considerações, que certamente alguns dos Vereadores quer sejam do PSD ou da CDU não gostaram de ouvir, estão no seu direito, estão aqui e podem usar da palavra para contestar aquilo que o Senhor Presidente proferiu ou eu própria, ou o Senhor Vereador Francisco Santos, não me parece de bom-tom nem de boa educação, distribuírem-se comunicados da CDU, enquanto o Senhor Presidente está a falar, e eu, em meu nome pessoal, considero uma falta de respeito.”-----

Informou que ocorreu uma explosão no dia 2 de junho num Lar particular “Recantos de Memória”, que se situa na Broega em Sarilhos Grandes, foi uma explosão provocada pelo gás e que imediatamente o Centro Distrital de Operações de Socorro acionou todos os meios necessários para resolver a situação. Informou que 5 idosos ficaram com ferimentos ligeiros, mas que tiveram alta no mesmo dia. Mencionou que desde a primeira hora o Senhor Coordenador Operacional da Proteção Civil do Montijo coordenou todas as operações com a Autoridade para as Condições do Trabalho, com a Polícia Judiciária, com a Senhora Diretora da Segurança Social, com os técnicos da Segurança Social e com a Vereadora da Câmara Municipal, que estiveram no local até às 19h00, altura em que todos os idosos já estavam noutros Lares do Concelho do Montijo. Referiu que o transporte dos utentes foi feito pela Cruz Vermelha e pelos Bombeiros Voluntários do Montijo. Agradeceu a todas as instituições que estiveram no terreno, que tentaram encontrar uma solução menos traumática possível para 20 idosos e que resolveram esta questão com grande eficácia.-----

Transmitiu que esteve presente em representação do Senhor Presidente numa reunião com os Senhores Presidentes de Câmara do Barreiro, da Moita e de Alcochete bem como com as Senhoras Vereadoras do Barreiro e da Moita, da Ação Social e da Saúde. Esta reunião teve como objetivo juntar as preocupações sobre o Centro Hospitalar Barreiro/Montijo.-----

O Centro Hospital barreiro/Montijo, tem vindo a perder valências, especialmente nestes últimos dois anos, situação preocupante para os autarcas, porque esta situação reflete-se nas populações, tendo-se optado por solicitar uma reunião ao Senhor Ministro da Saúde para mostrar a preocupação dos autarcas sobre o Centro Hospitalar Barreiro/Montijo. Referiu que a solução passa pelo alargamento de horários do Centro de Saúde, onde o Senhor Presidente já tinha feito a proposta de alargamento do Centro de Saúde numa zona do Hospital que está completamente inutilizada, o que permitiria que o Centro de Saúde tivesse um horário mais alargado e que respondesse às necessidades da população, evitando assim uma ida às urgências, que por vezes é insatisfatória. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Nuno Ribeiro Canta, assinalou sobre o acidente no Lar “Recantos da Memória”, em Sarilhos Grandes, o extraordinário trabalho dos Serviços Municipais de Proteção Civil e de todos os agentes de Proteção Civil envolvidos que, numa resposta eficaz e célere, permitiu responder adequadamente à situação. Referiu por fim que todos os montijenses se devem orgulhar do trabalho dos Serviços Municipais de Proteção Civil e da área social.



Livro 25
Folha 541

O Senhor Vereador João Paulo Dinis, no uso da palavra, leu uma **Declaração Política** intitulada “**Crónica de um Chumbo anunciado**”, cujo teor a seguir se transcreve: -----

“Na última reunião de Câmara Municipal de Montijo (25 de Maio) o Sr. Presidente agendou 6 propostas referentes a alterações e aprovação de novos regulamentos municipais a saber:-----

- Cobrança e tabelas de taxas;-----
- Horários de funcionamento de venda ao público e prestação de serviços;-----
- Atividades diversas;-----
- Mercados Municipais;-----
- Ocupação do espaço público, e-----
- Feiras e venda ambulante.-----

A temática dos regulamentos agendados pela gestão autárquica para essa reunião, tem reflexos ao nível da população em geral na sua relação com o município, salientando-se a regulamentação das atividades económicas e a criação de novas taxas no âmbito da proteção civil. -----

Todas as propostas apresentadas pela gestão foram desenvolvidas à margem de qualquer contacto com os vereadores eleitos pelo PSD e de outras forças políticas. Refletem por isso e unicamente o que pensa a atual presidência e os vereadores do partido socialista.-----

Tratando-se de matéria da maior importância, com reflexo na vida das famílias e das empresas, e sendo a atual gestão da câmara minoritária, seria ética e democraticamente relevante a realização de reuniões de trabalho que pudessem levar à elaboração de um documento transversal e tão consensual quanto possível. -----

Não se percebe por isso que o senhor presidente não tenha promovido qualquer debate político com a oposição, não tenha apresentado qualquer estudo ou simples projeção ao nível do impacto destas taxas nas receitas que têm incidência direta sobre as famílias e as empresas, não tenha sequer dado tempo para que a oposição pudesse estudar com a profundidade necessária os documentos em questão. Os eleitos do PSD, ao contrário do que o senhor presidente repetidamente refere a seu respeito, estudam as propostas de modo a terem sobre elas uma posição estruturada. -----

Além disso, não se traz à discussão séria um tão elevado número de documentos, com a agravante da falta de consenso e sequer discussão prévia já referida. Assim sendo, os documentos apresentados pelo senhor presidente da Câmara foram naturalmente reprovados. -----

Porque politicamente são uma emanção unipessoal do senhor presidente querendo comprometer todo o executivo - poder e oposição - sem que haja qualquer discussão ou conhecimento atempado dos mesmos. No PSD não passamos nem passaremos cheques em branco ao senhor presidente da Câmara.

Parece-nos ainda, que em termos legais, incluir na mesma proposta o início do procedimento, um anteprojeto dos regulamentos e outros procedimentos é no nosso parecer de duvidosa legalidade.-----

Assim, e desde a entrada em vigor do novo Código do Procedimento Administrativo, como forma de dar cumprimento à publicitação do início do procedimento e participação procedimental é referido:-----

“O início do procedimento é publicitado na Internet, no sítio institucional da entidade pública, com a indicação do órgão que decidiu desencadear o procedimento, da data em que o mesmo se iniciou, do seu objeto e da forma como se pode processar a constituição como interessados e a apresentação de contributos para a elaboração do regulamento.”-----

Pensamos por isso, que tudo se deverá iniciar com o procedimento previsto no já descrito nº 1 do art.º 98º do CPA, dando um prazo razoável para a apresentação de contributos para a elaboração dos regulamentos. Qualquer outro método de aprovação de novos regulamentos ou alteração dos vigentes que não parta deste princípio, incorre num vício que inquina todo o processo.

Não se misturam num mesmo documento presente para discussão e votação, procedimentos que o legislador quis ver separados, com a justificação da pressa na sua aprovação, comprometendo todo o processo. -----

Esperávamos até que o início do procedimento viesse para aprovação a esta reunião da Câmara Municipal de Montijo. -----

O executivo teve mais do que tempo para fazer bem. -----

Na nossa opinião, à falta de diálogo junta-se a falta de rigor. E sendo assim, estamos falados”.-----

O Senhor **Presidente da Câmara Municipal, Nuno Ribeiro Canta**, referiu que os Senhores Vereadores da oposição já perceberam o erro que cometeram, quando votaram em conjunto contra as alterações aos regulamentos municipais, com consequências jurídicas e financeiras para o Município do Montijo. Espera agora que o sentido de responsabilidade regresse à oposição para se chegar a uma decisão que salvguarde os interesses dos montijenses.-- Repudiou a inexistência de rigor nas propostas de alteração dos regulamentos municipais, e acusou a oposição de falta de rigor na sua argumentação, por exemplo, quando referem falta de tempo para avaliação das propostas. Recordou que no Município do Montijo, os Senhores Vereadores da oposição têm mais do dobro do tempo previsto na lei para apreciarem as propostas do executivo municipal.-----

Quanto aos procedimentos adotados, só agora evocado pelo Senhor Vereador do PSD, disse que irá junto dos serviços jurídicos responsáveis colocar a questão, e que mais tarde informará todos os Senhores Vereadores.-----

O Senhor Vereador **João Paulo Dinis**, no uso da palavra, referiu que nas outras Câmaras Municipais estão a proceder à elaboração da revisão dos regulamentos,



Livro 25
Folha 543

fazem primeiro um procedimento prévio e no início desse procedimento dão algum tempo para as pessoas falarem, por norma são 10 dias úteis e só depois é que levam os regulamentos para discussão. -----

O Senhor Vereador Pedro Vieira, no uso da palavra, referiu que relativamente a algumas questões que foram colocadas pelos munícipes, preocupa-se essencialmente com as questões que têm a ver com a salubridade, por já decorrerem há já a umas dezenas largas de anos, são situações que já deveriam estar completamente resolvidas ou pelo menos deviam estar todas identificadas e estudadas. Quando o Senhor Presidente diz que estão agora a dar início ao procedimento para elaborar um projeto, eu compreendo que a câmara não tenha capacidade para realizar a obra sempre que há necessidade, mas a realização técnica de uma solução é uma situação que já deveria estar desenvolvida e que para além disso envolve uma questão patrimonial, não é apenas uma situação somente de um espaço onde se despejavam fossas, é uma situação que está ligada a um património que possui registos muito antigos do ano de 1213, relativamente ao Lugar da Lançada, depois à Quinta da lançada e depois ao Moinho, é uma situação já muito antiga que deixaria todos muito orgulhosos se este património fosse classificado, mesmo tratando-se de um património privado, não existe nenhum impedimento legal para a sua classificação, seria o primeiro ponto para dar início ao estudo e desenvolvimento de uma potencial ação de preservação de património.-----

Referiu que outra situação que o preocupa é a questão que foi colocada relativamente aos equipamentos escolares, uma vez que o ano escolar está a terminar, seria de bom-tom o desenvolvimento das obras que são necessárias realizar nesses espaços, aproveitando a época de encerramento letivo desses estabelecimentos para depois abrir condignamente em setembro já com as obras já concluídas. -----

Relativamente às declarações do Senhor presidente, referiu que já estava à espera das mesmas, porque lhe foi dado a conhecer, que o Senhor Presidente proferiu declarações em vários locais, num dos locais foi ontem na Feira de Santarém, em que mencionou que a culpa foi da oposição por não existir um abaixamento das taxas cobradas às estufas, às suiniculturas e solicitou esclarecimentos acerca dessa situação, porque as propostas só não foram votadas porque o Senhor Presidente não procedeu previamente a uma situação que deveria, por mau cumprimento da legalidade de acordo com o que está descrito no n.º1 do art.º 98.º do CPA, e para além disso deveria em termos de lealdade democrática, assegurar que a vereação da oposição estaria de acordo com as propostas e trabalhasse em conjunto com o executivo em funções da Câmara Municipal, pelo que considera que existe uma observância muito redutora do que é o exercício da democracia, “(...) e pergunto se esta questão pode ser sanada abrindo o procedimento já em proposta a apresentar na

próxima reunião de câmara e fica aqui o desafio Senhor Presidente, se quer sanar, está na sua mão”.....

O Senhor **Presidente da Câmara Municipal, Nuno Ribeiro Canta**, referiu que quem votou contra as propostas dos regulamentos foram os Senhores Vereadores do PSD e da CDU, numa maioria negativa de bloqueio da gestão municipal, e de uma enorme irresponsabilidade política e jurídica.....

Clarificou ainda que, o voto contra de toda a oposição, impediu a Câmara Municipal de exercer as suas atribuições e competências, numa clara violação da autonomia municipal. E com consequências para a economia local, impedindo o abaixamento de taxas no Mercado Municipal e nas atividades agrícolas tradicionais.....

Por fim, sublinhou, que este voto da oposição além de irresponsável é insensato perante o desenvolvimento do Montijo. É um profundo erro político, que não pode ser esquecido.....

O Senhor **Vereador Pedro Vieira**, no uso da palavra, leu uma declaração/solicitação, cujo teor, a seguir se transcreve:

Na reunião descentralizada de dia 11 de maio, que ocorreu na União de Freguesias de Atalia e Alto-Estanqueiro/Jardia foi solicitado ao Senhor Presidente da Câmara Municipal o envio ao Gabinete de Apoio dos Vereadores do PSD uma relação contendo uma série de dados relativos às condições de Segurança Contra Incêndio nos Edifícios Municipais e edifícios a cargo do município, nomeadamente refletindo os seguintes dados:.....

1. Medidas de Autoproteção
2. Nomeação do delegado de segurança
3. Utilização tipo e categoria de risco em cada edifício e/ou parte de edifício-
4. Plano de Prevenção.....
5. Plano de Emergência.....

Como se vê, e de acordo com o que tem sido expresso e atempadamente alertado pelo PSD, a Câmara do Montijo pela mão do atual presidente (que exerceu as funções de vereação nessa área há vários mandatos) ainda está nos antípodas no que respeita ao cumprimento da legalidade em várias matérias, de âmbito transversal na salvaguarda da população, neste caso a proteção civil. Preocupa-nos enquanto Vereadores responsáveis, a eventualidade de uma ocorrência similar, ou de desfecho mais trágico, especialmente nos edifícios municipais dos quais seremos coresponsabilizados. Não podemos deixar as nossas preocupações em mão alheia, neste caso do senhor presidente, que continua a demonstrar a sua falta de sensibilidade para esta matéria.....

Não nos tendo sido entregue a documentação solicitada e tendo passado um mês, reiteramos o pedido já efetuado.



Livro 25
Folha 545

O Senhor **Presidente da Câmara Municipal, Nuno Ribeiro Canta**, relativamente ao pedido de documentos sobre as questões de segurança, informou que o mesmo foi enviado para os serviços e que foi criado um grupo de trabalho para fazer essa avaliação e que essa situação poderá levar algum tempo.-----

O Senhor **Vereador Carlos Almeida**, no uso da palavra, leu uma Declaração Política intitulada “**O respeito é muito bonito e o Povo Gosta!**”, cujo teor a seguir se transcreve: -----

“Sr. Presidente; -----
Srs. Vereadores; -----

A Vereação da Coligação Democrática Unitária saúda a população de Sarilhos Grandes e os seus eleitos, neste dia em que na Lançada, de forma descentralizada, tem lugar mais uma sessão ordinária da Câmara Municipal de Montijo. -----

Digam outras forças políticas o que disserem, só a intervenção e o expressivo reforço da posição da CDU neste órgão autárquico em 2013, criou condições para que 42 anos após a Revolução de Abril, a **Câmara Municipal passasse a dispor de um Regimento de Funcionamento, para que fossem uma realidade as reuniões descentralizadas, e finalmente, para que estas acontecessem à hora que mais conveniente é para a população.**-----

Isto porque a descentralização não se deve fazer porque sim, ou porque a ideia é justa e democraticamente necessária. O agendamento destas reuniões, onde a população tem um período em que pode e deve intervir, deve ser anunciado pelos meios mais simples ou mais complexos, garantindo a mais ampla presença popular e as melhores condições de acolhimento. São reuniões cuja utilidade democrática, em suma, não está só em ouvir o Povo, lá onde ele reside e constrói a sua vida, mas também em permitir à população a observação, ao vivo, do que defendem os seus eleitos, como o fazem e a que interesses dão resposta.-----

O respeito é muito bonito, e o Povo gosta! (...) -----

Estarmos, pois, em Sarilhos Grandes, freguesia com 11,8 km² de área e 3324 habitantes (censos de 2011) numa densidade de 290,17 hab/km². Trata-se de uma realidade territorial de extensão não excessiva mas rica no mosaico da sua composição e dos seus lugares de Sarilhos Grandes, Lançada (Hortinha e Malpique), Broega, Pinhal do Gancho, Quatro Marcos e Arce, característica esta que exige sensibilidade e cuidados acrescidos na gestão territorial e autárquica. Esta freguesia, na sua história autárquica em liberdade é um dos mais perfeitos exemplos práticos, uma verdadeira lição, do que não deve ser a política nas autarquias e, principalmente, daquilo que não pode ser o chamado relacionamento interinstitucional, ou seja, o relacionamento entre o Município e a respetiva câmara e uma freguesia e a sua junta.-----

Vamos ao concreto e ao que não pode, não deve ser, a política nas autarquias:

Nas últimas quase duas décadas - em 2017, ano de eleições autárquicas estarão cumpridos 20 anos de gestão PS/Câmara de Montijo - nestas quase duas décadas, dizíamos, o PS beneficiou de uma conjuntura excepcional na vida de uma comunidade.-----

Conseguiu chegar à gestão municipal no preciso momento em que se deu a transformação territorial, urbanística e de mobilidade que a nova ponte trouxe ao Montijo. Esse foi o tempo de uma grande oportunidade perdida, para consolidar os espaços em “branco” nos aglomerados urbanos, para eliminar as cicatrizes da história, dos centros históricos já em ruínas, para fazer regeneração urbana.-----

Esta grande oportunidade foi completamente desbaratada pelo PS, que procurando a todo o custo garantir a sua perpetuação no poder, assumiu a decisão de descaracterizar o concelho e a cidade, de os tornar numa “outra coisa” (Cascais do século XXI, lembrem-se?), e apagar da memória daquilo que tinha feito a grandeza e a história de Montijo. -----

A linda Vila de Montijo, ainda cidade de fresca data, foi afastada da sua ligação sociológica com o resto do concelho, foi transformada numa cidade dormitório, e tudo isso foi pensado e utilizado por forma a roubar-lhe o “coração” e a vida social e económica do seu centro histórico. -----

- Foi atirado para a extrema do mapa, para o Seixalinho, o seu cais de ligação fluvial a Lisboa, o seu Cais dos Vapores. De uma assentada os autarcas do PS, gerindo a Câmara, colaram os seus interesses de descaracterização da “vila” aos da transportadora e aumentaram lucros alheios com a desnecessidade de proceder ao desassoreamento da cala; -----

- Foi esvaziado o centro comercial e sociológico da Praça da República da grande e linda vila/cidade, não porque os municípios pouco possam fazer para impedir o alastramento de grandes superfícies, mas porque os autarcas do PS cozeram os seus interesses de destruição da “alma” da nova cidade, com os dos investidores à procura de fidelizar mais de 30.000 cidadãos da área urbana densamente povoada;-----

- Para que a cidade não se reconstruísse, para que a terra aldeana não pudesse voltar a ser em poucos anos a joia que tinha sido, os autarcas do PS na Câmara de Montijo casaram o seu interesse egoísta de perpetuação no poder com os interesses dos promotores imobiliários, interessados em edificar onde mais barato fosse, e esticaram uma cidade que ficou obesa, estendendo-se para o lado ao invés de trazerem, para o interior já definhado da cidade, os jovens casais que vieram da grande Lisboa à procura de metro quadrado por habitação mais ao alcance da sua bolsa;-----

- Foi hipotecado para largos anos o Futuro dos Montijenses no que respeita à qualidade de vida no ambiente, aumentando-se em três vezes mais as áreas verdes disponíveis, sem aumentar na mesma ou parecida proporção os



Livro 25
Folha 547

cantoneiros de limpeza e jardineiros, os veículos de recolha de resíduos sólidos, os veículos de recolha de monos ou de verdes, sem adquirir em tempo útil a maquinaria necessária, sem preparar instalações dignas para os trabalhadores operativos, sem brio na gestão e conduz-se, hoje, a Câmara Municipal à total falência gestonária nesta área que só os privados, pagos em mais de um milhão de Euros, conseguem tentar manter;-----

- Foi criada uma pretensa e minimalista requalificação da zona ribeirinha, persistindo no afastamento, que é a marca da gestão autárquica do PS nesta Península de Setúbal, da cidade e do rio, que só a persistência, a resiliência da SCUPA, em boa hora apoiada pela ADREPES, conseguiu romper em forma de Cais dos Pescadores, forçando a gestão da Câmara a um administrativamente mal gerido e mais do que paternalista e populista apoio; -----

Mas que ninguém pense que os Montijenses se iludem com o populismo festeiro, com o paternalismo autoritário ou com a falsa preocupação pela ligação às potencialidades do território. A zona ribeirinha do Montijo (cidade), aqui e agora se recorda, estende-se numa faixa compreendida entre o Cais do Seixalinho e o Moinho da Lançada. A zona ribeirinha que Sarilhos Grandes possui é uma riqueza incalculável, do ponto de vista ambiental, económico, social e cultural e só desbarata esta riqueza quem mais nada sabe e pode do que fazer gestão corrente e contar os dias entre eleições autárquicas.-----

O respeito é muito bonito, e o Povo gosta! (...) -----

Mas pior, pior ainda, e que pode ser exemplo para todo o país em matéria autárquica do que não pode nunca suceder, foi a decisão política da gestão PS/Câmara, agora agonizando e em fim de crise, de atirar para o lixo o respeito e os relacionamentos institucionais que têm de existir entre autarquias ou entre um governo da república e todas as Câmaras Municipais do país.-----

Goste ou não goste da força política que governa uma Junta de Freguesia, uma gestão de Câmara deve à população que também para a Câmara votou, um respeito que é uma exigência da democracia! -----

A Gestão CDU na Freguesia de Sarilhos Grandes pagou a firmeza e dedicação à liberdade e ao seu eleitorado, votando no anterior mandato contra um Orçamento Municipal, com a retirada de apoios financeiros do Município.-----

Toda a população da Freguesia, com filiação partidária ou sem ela, pagou a coragem dos autarcas da CDU que defenderam, defendem hoje e defenderão amanhã se necessário for, em primeiro lugar, os direitos e interesses da sua população e a sua soberania.-----

Sr. Presidente,-----

Srs. Vereadores:-----

Se combatemos olhos nos olhos a decisão política da gestão PS/Câmara, tomada sob a liderança da ex-presidente, se continuamos a afirmar a nossa mais viva oposição a esta forma de fazer política, aqui estamos para dizer, hoje e sempre,

que sendo lamentável foi coerente, foi assumida, foi transparente e proclamada sem falsidades nem fábulas!-----

Ao contrário hoje, porém, temos uma forma de condicionamento, uma forma de relacionamento institucional entre os dois órgãos que está abaixo de tudo o que é aceitável e que roça a indignidade e a desonestidade política.-----

Em 2014, na preparação do Orçamento para 2015, a gestão PS/Câmara, para garantir a abstenção da CDU para uma política cada vez mais de gestão corrente e a definhar, resolveu renovar a intenção de disponibilizar à Junta de Freguesia um equipamento prometido desde Novembro de 2013: um trator. Trator que não iria servir por certo para amanhar a sede da Freguesia, mas para fazer o muito trabalho de manutenção dos caminhos, valas e bermas da Freguesia que o Município aqui não concretiza. -----

Pois bem, os vereadores da oposição votaram contra o Orçamento da Câmara e, alegando a responsabilidade dos vereadores e camaradas de partido de Joaquim Batalha, o Presidente da Câmara, e líder da gestão, transmitiu-lhe e ao seu coletivo que não teriam esse trator! Mesmo tendo realizadas mais de duas mãos cheias de alterações ao orçamento para introduzir decisões novas no orçamento igual ao de 2014 com cujo quantitativo, nos termos da lei, passou a poder contar para 2015! Todas as alterações foram viabilizadas pela CDU! -----
SIM, esta é a mesmíssima política do mandato anterior, mas praticada agora por um novo Presidente que na sua tomada de posse afirmou que não teria estado de acordo no passado com o relacionamento entre a Câmara e a Freguesia de Sarilhos Grandes e que a normalidade seria restabelecida. Viu-se! Mais e ainda: -----

Veio entretanto o novo Orçamento para 2016, desta vez viabilizado pelos eleitos do PSD, ao jeito de quarto e quintos “vereadores” do PS naquilo que importa; mas porque os Vereadores da CDU na Câmara continuaram a votar contra este orçamento, porque Joaquim Batalha enquanto deputado municipal o fez, CONTINUA A FREGUESIA SEM TRATOR! -----

Estamos habituados à luta política entre dois projetos autárquicos que têm muito pouco de comum; estamos habituados ao combate e ao enfrentamento político contra ideias, práticas e políticas que lesam os cidadãos, mas consideramos politicamente mais indecoroso o que se faz hoje ao Povo de Sarilhos Grandes e aos seus eleitos na Freguesia, o boicote continuo à sua ação e à sua liberdade. -----

O respeito é muito bonito, e o Povo gosta! (...) -----

Sr. Presidente, -----

Srs. Vereadores; -----

À incapacidade para gerir todo o território concelhio, no que respeita à Qualidade de Vida e Ambiente, para apoiar o Desenvolvimento Económico e a Coesão do Tecido Social, a gestão PS/Câmara junta a grande animosidade



Livro 25
Folha 549

institucional de quem convive mal com a democracia e com as ideias alheias e a sua expressão política. Este incómodo que vive lado a lado com a política autoritária, trauliteira, de espezinhamento das vozes discordantes, com a arrogância e o populismo paternalista, estende-se a todo o território e a todos os agentes.-----

No Eixo da Qualidade de Vida as acessibilidades e a mobilidade exigem uma política que não se vê, que não tem prioridades nem calendário:-----

- É assim, por exemplo, com o alcatroamento da Almada Negreiros, na vizinhança da Rua Fernando Pessoa a única cujo alcatroamento foi efetuado pela Câmara;-----
- É assim com a reparação da ligação de Sarilhos Grandes a Sarilhos Pequenos, (reparação da via sobre a comporta de água), e a possibilidade ligação definitiva de passagem de viaturas entre as duas freguesias. A normal relação interinstitucional exige que o Executivo Municipal se manifeste disponível a discutir uma proposta concreta de solução a concretizar com a Câmara da Moita e a União de Freguesias de Gaio Rosário /Sarilhos Pequenos; -----
- É assim com a necessidade urgente de calcetamento das bermas da estrada (Avenida 5 de Outubro da Broega até à entrada da Rua dos Paulinos) um perigo permanente para os peões que transitarem nas bermas, exigindo intervenções contínuas de manutenção e não sazonais de acordo com datas festivas ou visitas de eleitos municipais; -----
- Ainda nas questões da Qualidade de Vida ambiental é assim com a eliminação que tarda do esgoto a céu aberto a desaguar no Rio Tejo no fim da Rua da Hortinha;-----
- É assim com o plano que tarda de ligação de esgotos nas zonas em falta, nomeadamente Bairro Marreco, Estrada dos Paulinos, Baleira, Malpique entre outras;-----
- É assim com os espaços verdes que importaria preservar a preceito numa freguesia com estas características, haja em vista as potencialidades do espaço na rua do Poço Novo onde estão instalados os lavadouros e o estaleiro da Junta de Freguesia e o espaço contíguo que deveria ser para uma zona verde; ou a necessidade de requalificação e recuperação do jardim já existente na Rua António Manuel Soares (Bairro Novo, com um projeto que se adequa a uma nova utilização para os moradores desse bairro e não só).

No Eixo da Coesão do Tecido Social a não intervenção Municipal em assuntos importantes deve ser justamente censurada: -----

- É assim com a reparação do ginnodesportivo existente na Rua Humberto Delgado, em Orçamento camarário para 2016, que não arranca e não permite a prática desportiva dos alunos da escola básica e das coletividades da Freguesia. Equipamento carente de cobertura, arranjo do piso e colocação de balizas e tabelas de basquetebol, tanto mais necessário quando se sabe

que a Freguesia de Sarilhos Grandes não tem qualquer área fechada para a prática desportiva; -----

- É assim com a reivindicação de há muito de uma infraestrutura desportiva no lugar da Lançada; -----
- É assim no que respeita à prática do futebol infantil, e à necessidade de apoiar o Sarilhense Futebol Clube na melhoria das condições do seu campo de Futebol; -----
- É assim com o projeto de especialidades para a construção do Centro de Dia de Reformados Pensionistas e Idosos de Sarilhos Grandes, prometido pelo executivo camarário já há alguns anos: -----
- É assim com a necessidade de reivindicar uma extensão de Centro de Saúde para Sarilhos Grandes; -----

Sr. Presidente, -----

Srs. Vereadores; -----

A leitura vai longa e importa por fecho. Não encontraríamos melhor que os versos de um excelso poeta de Montijo, Joaquim Serra:-----

“Almas gentis, avante, avante!-----

Que a tradição velha, aviltante,-----

à não desperta.”-----

Bem dizia José Afonso: “já lá vem outro carreiro!” -----

Connosco podem sempre contar!” -----

O Senhor Vereador Nuno Catarino, no uso da palavra, leu uma **Moção** intitulada “Extensão de Saúde de Sarilhos Grandes”, cujo teor a seguir se transcreve: -

O Serviço Nacional de Saúde do nosso país é um dos mais avançados da Europa, no entanto, o mesmo tem sofrido um ataque constante ao longo dos anos, por políticas de direita, despreocupadas com tudo aquilo que pertence, ou é direito do povo português, tudo o que é público e de qualidade. -----

Os cortes cegos na saúde, intensificaram-se a cada ano, agravando-se enormemente no tempo do anterior governo PSD/CDS-PP.-----

Aumentaram de forma brutal as taxas moderadoras; aumentou a falta de profissionais de saúde, reduziram substancialmente as suas condições de trabalho e abriram-se portas a vínculos laborais cada vez mais precários e mal pagos;-----

Encerraram-se e concentraram-se serviços; aumentaram os já elevados tempos de espera para consultas, cirurgias e tratamentos; reduziu-se a atribuição de transportes a doentes não urgentes; entre outras perdas de direitos, ou estagnação dos mesmos. -----

Criaram-se claros obstáculos no acesso dos utentes aos cuidados de saúde e introduziram-se também elementos de desigualdade nesse mesmo acesso.-----

À medida que diminui o investimento público na saúde, aumentam as despesas das famílias, e dados do Instituto Nacional de Estatística, de Outubro de 2015,



Livro 25
Folha 551

tendo por base um estudo iniciado em 2013, dizem-nos que as dificuldades financeiras das famílias foram a principal razão para a não satisfação dos cuidados de saúde.-----

Infelizmente, os Montijenses não estão imunes a esta discussão e não ficaram imunes a estas políticas.-----

Foram inúmeras as vezes que o PCP propôs na Assembleia da República a instalação da extensão do centro de saúde que sirva a população de Sarilhos Grandes, que em prejuízo da população, não tem sido aprovada.-----

Hoje, a Freguesia de Sarilhos Grandes continua a aguardar pelo funcionamento de uma extensão de saúde, que lhe sirva.-----

Desta forma, a Câmara Municipal de Montijo, reunida em sessão ordinária, de forma descentralizada, na Freguesia de Sarilhos Grandes aos 8 dias do mês de junho de 2016 decide: -----

1 - Reivindicar ao Governo a colocação em funcionamento de uma extensão de saúde que sirva a população de Sarilhos Grandes, empenhando-se na defesa do SNS, conforme consagrado na Constituição da República Portuguesa. -----

O Senhor Vereador **Pedro Vieira**, no uso da palavra, referiu que considera justa a reivindicação da população de Sarilhos Grandes, que esta situação deve ser vista de acordo com as disponibilidades da Associação de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo e não concorda com algumas considerações da Moção apresentada, onde é atribuído grande parte das responsabilidades ao anterior governo e considera que a Moção apresentada omite uma herança de agravamento financeiro que não foi explicada.-----

A Senhora Vereadora **Maria Clara Silva**, no uso da palavra, referiu que defende a extensão de saúde em Sarilhos Grandes, como em todas a freguesias, essencialmente porque tem a ver com o facto de não haver uma rede de transportes que permita um acesso facilitado da população aos serviços de saúde. Referiu que está a favor do que diz a Moção, no entanto considera que o problema essencial é a falta de pessoal na área da saúde, que não querem vir para aqui, têm opção da terra para onde querem ir e isso prende-se com uma discussão muito mais alargada que tem de ser feita um dia, porque os médicos são *numerus clausus*, não seguem a mesma regra que os outros funcionários públicos, como por exemplo os professores e os juizes. “Eu irei votar favoravelmente esta moção, embora tenha consciência que ela não tem resolução no imediato e isso não se prende com a construção do edifício porque isso até nós construiríamos o edifício, a questão prende-se com o pessoal médico que têm uma regra específica e um dia vamos ter de discutir isso, como se está agora a discutir a questão dos colégios privados”. -----

O Senhor **Presidente da Câmara Municipal, Nuno Ribeiro Canta**, disse que acompanha a Moção na necessidade de melhorar os cuidados primários de saúde à população de Sarilhos Grandes.-----

Contudo, sublinhou que a presente Moção é redutora na sua proposta, uma vez que, esquece completamente as Unidades de Saúde Familiar. As Unidades de Saúde Familiar são uma solução de gestão cada vez mais utilizada nos Centros de Saúde dos País, conseguindo-se por esta via uma maior atratividade para os profissionais médicos.-----

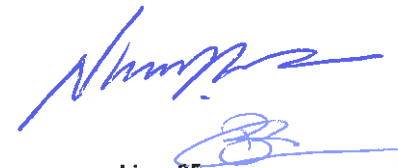
Terminou, referindo que apesar disso, o executivo municipal acompanha favoravelmente a Moção apresentada, em nome do Povo de Sarilhos Grandes.

O Senhor **Vereador Carlos Almeida**, no uso da palavra, referiu que a Senhora Vereadora tem razão, que há dificuldades, há políticas que são transversais, é preciso que haja o espaço físico, é preciso que não haja *numerus clausus*, é preciso que haja legislação que determine que os profissionais de saúde possam e irão corresponder. Disse que tudo isso tem que se fazer, mas não se pode é apresentar uma moção para cada um desses aspetos e que é preciso reivindicar em nome da população, exigir, e é isso que a CDU irá fazer. -----

O Senhor **Presidente da Câmara Municipal, Nuno Ribeiro Canta**, submeteu a supracitada Moção à discussão e votação do Executivo Municipal, tendo a mesma sido *aprovada com cinco votos a favor, três do PS e dois da CDU, com dois votos contra do PSD*. -----

O Senhor **Vereador Carlos Almeida**, no uso da palavra, colocou um conjunto de questões, cujo teor a seguir se transcreve:-----

- Teve conhecimento que a Comissão Municipal de Toponímia reuniu recentemente e pelo que lhe foi dito terá reunido muito poucas vezes no atual mandato, neste sentido solicitou informação sobre a composição da mesma e sobre a periodicidade das suas reuniões.-----
- Referiu que foi convidado para estar na festa do Futebol Clube Jardicense, porque a equipa de iniciados foi Campeã Regional da 3.^a divisão numa performance extraordinária, porque em 30 jogos ganhou 27 e empatou apenas 3 jogos, onde esteve presente e usou da palavra, sem mandato da Câmara Municipal mas para transmitir aquilo que seria a grande satisfação e orgulho do órgão, tratando-se de um a equipa muito modesta mas muito digna tanto da parte técnica como da parte diretiva.-----
- Referiu que relativamente aos apoios que se têm dado aos Clubes de Desenvolvimento Desportivo através de contratos-programa, considera que só agora neste mandato o município do Montijo está a tentar cumprir em pleno, porque é uma coisa do século passado e que era uma obrigação, e que existe um *handicap*, porque não se consegue fazer a comparabilidade entre os critérios que permitem dar, por exemplo, a um clube 7000,00 € e a outro



dar 4000,00 €, é preciso estabelecer critérios que sejam sindicáveis pela comunidade, embora saiba que esta situação estava muito atrasada em termos do cumprimento da lei e que acredita que o Senhor Vereador Francisco dos Santos vai tentar dar passos nesse sentido.-----

- No que tem a ver com a situação que foi levantada em relação ao Vasco da Gama Futebol Clube, no que diz respeito à situação dos terrenos onde está implantada a sua infraestrutura, e com a situação apresentada pela AMUT com os problemas relacionados com o IMI, referiu o seguinte:-----
“É nestas questões que é fundamental para os cidadãos terem uma Câmara Municipal proactiva e perto dos agentes do território, não cumpre apenas à Câmara Municipal decidir e resolver aquilo que está nas suas competências diretas, ou seja aquilo que a lei diz que se pode fazer, (...), tem de ter técnicos completamente disponíveis e gabinetes acessíveis do ponto de vista até físico, do ponto de vista do telefone, do ponto de vista do técnico que devem estar permanentemente colocados ao serviço das empresas a iniciar processos, que querem estabelecer-se eventualmente ou melhorar a sua atividade, ou saber se têm oportunidade para licenciamento (...) e isto não existe. ”-----
- Relativamente aos regulamentos, referiu que estes foram enviados ao fim de semana para os vereadores votarem na quarta-feira, aquilo que a equipa de técnicos da empresa BDO, estão a preparar há muitos anos e que corresponde a um extenso conjunto de páginas para ler, “e o Senhor Presidente quer que os Vereadores que são da oposição, que não estão a tempo nenhum, nos pronunciemos com rigor sobre tudo isto (...) ”-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Nuno Ribeiro Canta, relativamente à questão colocada acerca das reuniões da Comissão Municipal de Toponímia, informou que a comissão vai reunindo consoante a necessidade de atribuição de topónimos. A Comissão Municipal de Toponímia, é constituída pelo Presidente da Câmara Municipal, a presidente da Assembleia Municipal, um representante dos CTT, a Chefe de Divisão da Cultura e também um representante da Divisão do Urbanismo, para além disso participam os presidentes das Juntas de Freguesia, quando a atribuição de nome aos arruamentos se localiza na sua freguesia.-----

Em relação às alterações aos Regulamentos Municipais, referiu que as posições são hoje muito claras sendo desnecessário regressar ao tema. O grande problema da oposição nesta matéria é de desconfiança, desconfiança no executivo municipal, desconfiança nos serviços municipais e desconfiança nos prestadores de serviços contratados. E contra essa desconfiança nada há a fazer, apenas aguarda pela disponibilidade da oposição para continuar o processo, pela sua vontade política.-----

Lamentou, por isso, a irresponsabilidade da oposição na Câmara Municipal do Montijo.-----

O Senhor Vereador Pedro Vieira, no uso da palavra, questionou se os regulamentos dos mercados foram discutidos previamente com os comerciantes dos mercados, se solicitou contributos das pessoas sobre as quais vão incidir os regulamentos e se a atividade económica em geral foi consultada previamente.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Nuno Ribeiro Canta, esclareceu, uma vez mais, que as alterações aos Regulamentos Municipais servem para adequar os mesmos à lei e para responder à reivindicação dos comerciantes, incluindo os concessionários dos Mercados Municipais.-----

Assim, nesse sentido, os regulamentos foram propostos como resposta a reuniões realizadas com os comerciantes dos mercados.-----

Todavia, sublinhou que qualquer uma das propostas de alteração aos Regulamentos Municipais ainda seria sujeita a discussão pública e recolha de contributos das Associações representativas das diversas atividades, e ainda de contributos das oposições.-----

Como todo o processo anterior foi bloqueado pelo voto contra do PSD e da CDU, irá iniciar todo o processo, solicitando os contributos dos Senhores Vereadores da oposição.-----

O Senhor Vereador Nuno Catarino, no uso da palavra, leu uma Moção intitulada “Pelo Direito da População do Concelho de Montijo ao Transporte Público e à Mobilidade”, cujo teor a seguir se transcreve: -----

Em Portugal, como resultado da Revolução de Abril, foi criado o Passe Social Intermodal, uma das muitas medidas de enorme alcance social que foram tomadas visando o bem-estar das populações. -----

Apesar dos desvirtuamentos, do aumento desproporcional do seu custo face ao Salário Mínimo Nacional e de uma expansão urbana que não foi acompanhada pela adequação quer da rede de transportes, quer da cobertura do passe social, este tem sido um elemento importante na promoção da mobilidade alargada e também na contenção dos preços dos transportes na AML. -----

O sistema de bilhética da Área Metropolitana de Lisboa (AML) é hoje extremamente complexo, fruto de uma política que apostou na multiplicação de títulos (há mais de 2000 tipos de bilhetes e passes na AML) ao mesmo tempo que reduziu a oferta - horários e percursos - como condição para a contenção de preços em vez de privilegiar a intermodalidade e a atratividade do sistema. O enfraquecimento do passe social intermodal e da oferta dos transportes públicos é lesivo das populações e dos interesses nacionais e concelhios. -----

Uma oferta cara, deficitária e dominada pelos operadores privados (na maioria das vezes diminuta e a preços elevadíssimos) é um estímulo ao transporte individual (com todas as consequências daqui decorrentes) e constitui, por



outro lado, um fator de exclusão social de largas camadas da população que não podem recorrer ao transporte individual (idosos, trabalhadores precários, desempregados, crianças e jovens, etc).-----

Os custos para os utentes com os transportes públicos são demasiado elevados, e sofreram um agravamento brutal nos últimos anos. Para termos uma ideia, são mais caros na Área Metropolitana de Lisboa do que na de Berlim, apesar dos salários serem na Alemanha mais do triplo que cá.-----

Como se esta situação não fosse bastante grave, acresce ainda o facto de 29.145 mil utentes do concelho de Montijo, 57 % da população (dados do estudo efetuado pela AMTL com base em dados do INE), não serem cobertos pelas coroas do passe social intermodal mesmo como este se constitui atualmente. Acresce a esta grave situação o facto de a ligação a Lisboa por via-férrea efetuada pela Fertagus não se encontra abrangida pelo passe social intermodal. O aumento do número de utentes deve ser a verdadeira razão de qualquer política de transportes. É preciso pois garantir um aumento direto da oferta, mas também garantir que os utentes podem utilizar plenamente essa oferta, promovendo a mobilidade através do passe social intermodal e da unificação do sistema de bilhética. -----

A proposta legislativa do PCP visa contrariar o ciclo recessivo (aumenta-se o preço e degrada-se o serviço, logo perdem-se utentes; como se perdem utentes, aumenta-se o preço e reduz-se o serviço para o adequar à menor procura, e assim sucessivamente) e promover o crescimento.-----

Os transportes públicos têm que ser atrativos e com preços que estimulem a sua utilização em detrimento do uso do transporte individual. -----

Uma das questões centrais para o desenvolvimento de um verdadeiro sistema de transportes na AML é que o tarifário assente na plena intermodalidade do mesmo, integrando todos os operadores, modos de transporte e respetivos serviços no sistema. -----

Neste sentido, pretende-se, garantir que, com um mesmo passe intermodal ou um mesmo bilhete, se possa circular por toda a AML, adequando assim o passe intermodal social à realidade urbana atual, promovendo a atratividade dos transportes Públicos e o crescimento dos utentes, com ganhos evidentes para os próprios e para a sociedade. -----

Vários cálculos permitem demonstrar que essa opção fica mais barata também ao próprio Estado, pois o que se perde em receita para as empresas (ao reduzir os preços dos transportes públicos) compensa-se com o aumento do número de utentes, com a redução de importações de combustível e de automóveis, com a melhoria do ambiente e do ordenamento, com a redução dos custos com a saúde pública. -----

Assim, considerando: -----

- A importância que a iniciativa legislativa do PCP para a criação de um Passe Social Intermodal para toda a Área Metropolitana de Lisboa, que junte todos os operadores e todas as carreiras e assegure a plena cobertura do concelho pelo Passe Social Intermodal, terá na promoção do transporte público.-----

- **Os eleitos na Câmara Municipal de Montijo, reunidos em sessão ordinária descentralizada:** -----

a) - Afirmam o seu interesse e disponibilidade para aprofundar o tema da melhoria da rede e oferta de transportes públicos no concelho de Montijo. Recomendam à Câmara Municipal que promova o debate e a iniciativa pública relativa a esta temática no Concelho. -----

b) - Condenam as inúmeras falhas no cumprimento do serviço programado pelos diversos operadores, consideram-nas como mais um violento e inadmissível corte nos transportes públicos, uma prática que constitui um ataque encapotado das empresas ao seu direito à mobilidade.-----

c) - Manifestam o apoio a esta iniciativa pelas enormes vantagens que tem para a mobilidade a existência de um passe social intermodal que cubra todos os operadores, todas as carreiras, toda a Área Metropolitana de Lisboa. -----

O Senhor Vereador Pedro Vieira, no uso da palavra, referiu que concorda com grande parte do que foi apresentado na moção, que realmente existem fragilidades mas quando se diz que “(...) condena as inúmeras falhas do serviço programado dos diversos operadores e considero-as como um violento e inadmissível corte dos transportes públicos uma prática que constitui um ataque encapotado das empresas ao direito das populações à mobilidade (...)”, considera que não se deve ir tão longe, porque grande parte das empresas são empresas de gestão pública, como o Metro de Lisboa, a Carris, a Transtejo e embora considere que deveriam ter um serviço mais assertivo, que deveriam ter um melhoramento mais rápido, reconhece uma evolução brutal ao longo dos tempos na rede metropolitana de transportes.-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Nuno Ribeiro Canta, submeteu a supracitada *Moção* à discussão e votação do Executivo Municipal, tendo a mesma sido *aprovada por unanimidade*.-----

O Senhor Vereador Carlos Almeida, no uso da palavra, leu uma *Moção* intitulada “*Moção pela Escola Pública*”, cujo teor a seguir se transcreve: -----

Considerando que a ausência ao longo dos anos de uma política de alargamento da rede pública de ensino, conjugada com o encerramento de milhares de escolas, levou a que o Estado recorresse aos contratos de associação com Estabelecimentos de Ensino Particular e Cooperativo (EEPC), assumindo estes um carácter complementar de garantia do direito à educação onde não existia resposta pública. -----



Livro 25
Folha 557

Recordando que ao processo educativo de há muito apontava para que os governos devessem recorrer de forma planificada ao ensino particular ou cooperativo apenas na medida da incapacidade pública para garantir uma resposta educativa a toda a população estabelecendo mecanismos legais e orçamentais para garantir a equidade relativa entre financiamento público, por aluno, dos estabelecimentos públicos de ensino e das instituições particulares e cooperativas de ensino, bem como das relações laborais e condições salariais dos profissionais de ambos os sectores, e da qualidade pedagógica.-----

Constatando que nos últimos quatro anos, o então governo PSD/CDS não agiu de acordo com estas orientações dando, ao invés, passos significativos na privatização da Escola Pública e revelou desrespeito pelo quadro legal que define inequivocamente o carácter complementar do ensino privado, relativamente ao ensino público, desviando alunos da Escola Pública para os colégios privados, e criando expectativas nos trabalhadores, alunos e pais, relativamente à continuidade do ensino privado financiado pelo Estado, que este não podia, nem devia assumir.-----

Sublinhando que o aumento da capacidade de resposta da Escola Pública deve-se em grande medida a razões demográficas que levaram a uma diminuição do número de alunos em cerca de 20%, redução que serviu de justificação para que o governo PSD/CDS concretizasse o maior despedimento coletivo de professores verificado no País, no ensino público: cerca de 28.000 em quatro anos. Políticas neoliberais, estas, fundadas na tese de que «os privados fazem melhor e mais barato», e que conduziram à celebração de contratos de associação com escolas privadas, na maioria dos casos com disponibilidade da Escola Pública, com gastos superiores em 25.000 euros por turma aos da Escola Pública.-----

Recordando que a política de desvalorização da Escola Pública traduziu-se, ainda, em cortes no Orçamento do Estado para a Educação superiores a 3.000 milhões de euros que, entre outras consequências, levaram ao despedimento de professores e à não contratação de milhares de outros trabalhadores fundamentais para o bom funcionamento das escolas.-----

Repudiando a falsa preocupação que os partidos do anterior governo agora alegam com a qualidade do ensino e com os professores, os funcionários, os pais ou os alunos, que procuram instrumentalizar apenas para obter ganhos políticos imediatos a partir da desestabilização em curso, aproveitando para cavalgar na ideia de que o que interessa é que o Estado assegure o serviço público, não importa se através da Escola Pública ou das escolas privadas, como se a lógica de funcionamento e os objetivos de uma e outras, fossem os mesmos. Reiterando que a ação em curso, o seu enquadramento legal e constitucional não põe em causa a existência de escolas privadas cujos acionistas mantêm o direito de as constituir e pelas quais livremente os cidadãos podem optar, o que

não tem cabimento é que essas escolas e os grupos económicos que as controlam sejam subsidiados pelo erário público tendo como contrapartida o desinvestimento, degradação e constrangimento da rede pública.-----

A Câmara Municipal de Montijo, reunida aos 8 dias do mês de Junho de 2016, na Freguesia de Sarilhos Grandes, delibera:-----

1. Reiterar o normativo constitucional de que o Estado deve garantir o acesso à educação e que o instrumento para o fazer é a Escola Pública universal, de qualidade e gratuita em todo o ensino obrigatório, independentemente das condições económicas e sociais de cada um;-----
2. Destacar que o desiderato constitucional exige um investimento adequado na rede pública e nas condições de funcionamento da Escola Pública que permitam a melhoria do processo ensino/aprendizagem; -----
3. Sustentar que a garantia do acesso de todos ao ensino determina a possibilidade de celebrar contratos de associação com escolas privadas e do sector cooperativo, de acordo com as regras definidas em regiões onde a escola pública não tenha condições de acolher esses alunos, com um financiamento não superior ao que se faz por turma, na escola pública e com rigorosa verificação dos contratos assinados, acompanhados da exigência da aplicação das mesmas condições de trabalho aos professores que trabalham nessas escolas com contratos de associação, nomeadamente no que respeita à carga horária letiva;-----
4. Exortar os Montijenses a participarem ativamente na Marcha em defesa da escola pública que terá lugar em Lisboa e por todo o país, a 18 de Junho, sábado, num ato de cidadania pela gratuidade do acesso ao ensino independentemente dos níveis de rendimento das famílias.-----

A Senhora Vereadora Maria Clara Silva, no uso da palavra, referiu que presente Moção se refere muito às escolas privadas e considera que a discussão se centra sobre as escolas particulares e cooperativas, e para haver alguma precisão até porque a legislação é muito específica, deve-se ter algum cuidado.-----

Relativamente ao ponto 3, onde se lê “ (...) com um financiamento superior ao que se faz por turma (...) ”, referiu que é uma dúvida, porque o Tribunal de contas tem uns números, o ex-ministro Nuno Crato tem outros e portanto não se consegue encontrar um número que seja fiável e consensual. Seguidamente onde se lê “ (...) com a rigorosa verificação dos contratos assinados (...) ”, considera que o que está a ser exigido é que os contratos que foram assinados sejam reavaliados para se dar um valor de aluno, e isso também não é possível neste momento, uma vez que os contratos são por três anos, e poderá estar-se a fazer uma exigência que depois tem penalizações. Nesse sentido aludiu que se deverá retirar o texto do ponto 3 a partir da 5ª. Linha até ao final do mesmo ponto.-----



Livro 25
Folha 559

O Senhor Vereador Carlos Almeida, no uso da palavra, concordou com as observações colocadas pela Senhora Vereadora e referiu que no primeiro caso irá proceder à devida correção, porque se tratou de um lapso e relativamente ao ponto 3, referiu que o que se pretende é que o município do Montijo assumira o desiderato constitucional da escola pública, estamos de acordo e avançamos.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Nuno Ribeiro Canta, submeteu a supracitada *Moção* à discussão e votação do Executivo Municipal, tendo a mesma, com as alterações propostas, sido *aprovada com cinco votos a favor, três do PS e dois da CDU, com dois votos contra do PSD.*-----

Foi presente para aprovação a ATA N.º 11/2016, referente à reunião ordinária desta Câmara Municipal de 25 de maio de 2016. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Nuno Ribeiro Canta, submeteu à aprovação a aludida ata, tendo a mesma sido *Aprovada com cinco votos a favor, três do PS e dois do PSD, com duas abstenções da CDU.* -----

Em seguida, procedeu-se à apreciação e deliberação dos assuntos referentes ao período de -----

-----ORDEM DO DIA-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal do Montijo, Nuno Ribeiro canta, colocou à consideração a inclusão da Proposta N.º 1028/2016 na ordem de trabalhos, referente à alteração à Constituição do Conselho Municipal de Educação de Montijo.-----

O Senhor Vereador Carlos Almeida, no uso da palavra, solicitou esclarecimentos sobre as razões da referida alteração. -----

A Senhora Vereadora Maria Clara Silva, no uso da palavra, explicou que a alteração prende-se com a mudança de um elemento da Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares e com a mudança do Comandante da PSP, e que esta informação só chegou à Câmara Municipal ontem, motivo pelo qual não foi possível apresentar a proposta antes.-----

Com a aprovação da inclusão da Proposta N.º 1028/2016, o Senhor Presidente da Câmara Municipal do Montijo, Nuno Ribeiro canta, deu início à ordem de trabalhos.-----

I - DIVISÃO DE EDUCAÇÃO -----

1- PROPOSTA N.º 1020/2016 - FIXAÇÃO DO CUSTO MÁXIMO DO SERVIÇO DE COMPLEMENTO DE HORÁRIO A PRESTAR NOS JARDINS-DE-INFÂNCIA, DURANTE O ANO LETIVO 2016/2017 -----

A educação pré-escolar integra uma componente educativa, desenvolvida por educadores (as) de infância durante os períodos letivos definidos pelo Ministério da Educação, com a duração diária de 5 horas, a que equivale uma duração

semanal de 25 horas, e uma componente não educativa que integra o serviço de alimentação e as atividades de animação e de apoio à família (serviço de complemento de horário), durante os períodos letivos e durante os períodos de interrupção letiva.-----

Através do Decreto-Lei n.º 144/2008 de 28 de julho, foram transferidas para os Municípios competências em matéria de educação, nas quais se incluem as competências relativas à componente de apoio à família, designadamente o fornecimento de refeições e o apoio ao complemento de horário na educação pré-escolar.-----

As atividades de animação e de apoio à família no âmbito da educação pré-escolar (serviço de complemento de horário) devem ser objeto de planificação pelos órgãos competentes dos agrupamentos de escolas, os quais devem articular a sua realização com os Municípios das respetivas áreas, de acordo com o Protocolo de Cooperação de 28 de julho de 1998, celebrado entre o Ministério da Educação, o Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social e a Associação Nacional de Municípios Portugueses, no âmbito do Programa de Expansão e Desenvolvimento da Educação Pré-Escolar. -----

Por outro lado, de acordo com o art.6.º do Decreto-Lei n.º 147/97 de 11 de junho, *“os pais e encarregados de educação participam no custo das componentes não educativas da educação pré-escolar, de acordo com as respetivas condições socioeconómicas”*. -----

É da competência da Câmara Municipal observar as normas reguladoras das participações familiares pela utilização dos serviços da componente não educativa, aprovadas pelo Despacho Conjunto n.º 300/97 de 4 de setembro e pelo Decreto-Lei n.º 55/2009 de 2 de março.-----

Sendo as participações familiares no serviço de complemento de horário, determinadas pela aplicação de uma percentagem sobre os rendimentos *per capita* dos agregados familiares, as mesmas não podem, no entanto, em conformidade com o Ponto 1. do artigo 4.º das Normas Reguladoras aprovadas pelo Despacho Conjunto n.º 300/97, exceder o custo máximo do serviço prestado no estabelecimento de educação pré-escolar. -----

Em consonância com o Ponto 2. do artigo 4.º das supracitadas Normas Reguladoras, o custo máximo do serviço de complemento de horário é determinado pela Câmara Municipal com uma periodicidade mínima anual.-----

Impõe-se assim a determinação do referido custo máximo a praticar no ano letivo 2016/2017, para efeitos de posterior cálculo dos valores de participação de cada família, em função dos respetivos rendimentos *per capita*. -----

É neste âmbito que **PROPONHO** a V. Exas. que o valor máximo mensal do serviço de complemento de horário no ano letivo 2016/2017 seja de **65,00€** (sessenta

e cinco euros), mantendo-se assim o valor vigente desde o ano letivo 2013/2014.-----

A proposta de manutenção do referido valor tem por objetivo evitar que as famílias sejam penalizadas com mais um acréscimo nas despesas com a educação num período de dificuldades económicas e financeiras.-----

(Proposta subscrita pela Senhora Vereadora Maria Clara Silva) -----

DELIBERAÇÃO: Aprovada por Unanimidade -----

2- PROPOSTA N.º 1021/2016 - ATRIBUIÇÃO DE APOIO À APAM PARA REALIZAÇÃO DO PROGRAMA “FÉRIAS DE VERÃO - APAM JÚNIOR 2016” -----

A Associação de Pessoal das Autarquias de Montijo - APAM desenvolve, à semelhança de anos anteriores, o programa “*Férias de Verão - APAM JÚNIOR 2016*”.-----

Este programa destina-se aos filhos e netos dos associados e restantes trabalhadores das Autarquias do Montijo com idades entre os 6 e os 14 anos, decorre no período compreendido entre 15 de junho e 31 de julho de 2016 (num total de 7 semanas) e tem como objetivo principal ocupar as crianças com atividades desportivas, culturais e de lazer que simultaneamente lhes proporcionem um desenvolvimento salutar e harmonioso num período em que as vidas profissionais dos pais/avós não lhes permitem prestar o acompanhamento necessário.-----

No âmbito deste programa, são servidas refeições às crianças participantes no refeitório da EB Ary dos Santos.-----

Atendendo ao trabalho desenvolvido por esta Associação e à relevância do Programa, PROponho a V. Exas. a isenção de pagamento das refeições consumidas pelos participantes, num valor apurado de 1.751,18 € (mil setecentos e cinquenta e um euros e dezoito cêntimos).-----

(Proposta subscrita pela Senhora Vereadora Maria Clara Silva) -----

DELIBERAÇÃO: Aprovada por Unanimidade -----

3 - PROPOSTA N.º 1028/2016 - ALTERAÇÃO À CONSTITUIÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE MONTIJO -----

Como é do conhecimento de V. Exas., o Decreto-lei n.º 7/2003 de 15 de janeiro tem por objeto o Conselho Municipal de Educação e a regulação das respetivas competências, composição e funcionamento.-----

Até à presente data, o referido decreto-lei foi alterado pela Lei n.º 41/2003 de 22 de agosto, pela Lei n.º 6/2012 de 10 de fevereiro e pelo Decreto-lei n.º 72/2015 de 11 de maio.-----

Considerando que o impedimento do anterior representante do Diretor Geral dos Estabelecimentos Escolares e do anterior representante dos serviços públicos das forças de segurança conduziu à vacatura dos respetivos lugares no

Conselho Municipal de Educação de Montijo (CMEM) e determinou a substituição dos mesmos, a qual foi recentemente comunicada a esta Câmara Municipal, torna-se necessário proceder à adequação da composição do CMEM aprovada em Reunião de Câmara de 11.11.2015.-----

Perante o exposto e de acordo com o Artº6 do Decreto-Lei n.º 7/2003, alterado pela Lei n.º 41/2003, pela Lei n.º 6/2012 e pelo Decreto-lei n.º 72/2015, PROPONHO a V. Exas que esta Câmara Municipal aprove a composição do Conselho Municipal de Educação de Montijo constante na tabela anexa e o seu posterior envio à Assembleia Municipal, para efeitos de deliberação de nomeação.-----

(Proposta subscrita pela Senhora Vereadora Maria Clara Silva) -----

DELIBERAÇÃO: Aprovada por Unanimidade -----

II - DIVISÃO DE CULTURA, BIBLIOTECA, JUVENTUDE E DESPORTO -----

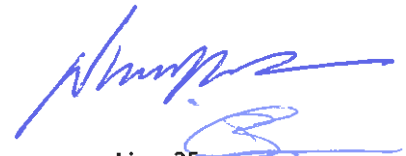
1 - PROPOSTA N.º 1022/2016 - CELEBRAÇÃO DE ACORDO DE PRODUÇÃO PARA A APRESENTAÇÃO DA INICIATIVA “UNIVERSO DAS ARTES SINFONIAS & EVENTOS 2016” NO CINEMA - TEATRO JOAQUIM D’ALMEIDA A 10 DE JULHO DE 2016-----

Considerando o pedido da Sinfonias & Eventos, Lda, para a realização da iniciativa “Universo das Artes Sinfonias & Eventos 2016” no próximo dia 10 de julho de 2016, pelas 15h30, no Cinema-Teatro Joaquim d’ Almeida;-----

Considerando que, de acordo com o modelo da estrutura orgânica do Município de Montijo, incumbe à Divisão de Cultura, Biblioteca, Juventude e Desporto, entre outras, as funções de “assegurar a gestão dos equipamentos culturais municipais, designadamente o Cinema-Teatro Joaquim d’Almeida”, de “promover e coordenar as ações culturais municipais e estabelecer parcerias com entidades externas, visando dinamizar e otimizar os meios e recursos disponíveis”, e também “colaborar (...) com outras entidades na organização de eventos de natureza cultural e desportiva, visando a dinamização das diferentes estruturas culturais e desportivas existentes no Município”, ao abrigo das alíneas c), d) e j), constantes do art.º 9.º do Regulamento das Estruturas Flexíveis do Município de Montijo, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 94, de 16 de Maio;-----

Considerando que é da competência da Câmara Municipal nos termos da alínea u), do n.º 1, do artigo 33.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro “*apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o município, incluindo aquelas que contribuem para a promoção da saúde e prevenção das doenças*”;-----

Considerando o interesse do Município do Montijo pelo evento em questão e a análise realizada no sentido de garantir a sua realização no Cinema -Teatro Joaquim d’Almeida;-----



Livro 25
Folha 563

PROPONHO:-----
Que a Câmara Municipal delibere aprovar a celebração do Acordo de Produção nos termos em anexo, a celebrar e outorgar entre o Município de Montijo e a Sinfonias & Eventos, L.^{da}, com vista à apresentação da iniciativa “Universo das Artes Sinfonias & Eventos 2016”, prevista para o dia 10 de julho de 2016, bem como a Isenção do Pagamento de locação do Cinema-Teatro Joaquim d’Almeida referente à utilização do mesmo, o que corresponde a um valor total de 3.206,10 € acrescido de IVA à taxa legal (calculado com base no Regulamento de Taxas e Tarifas em vigor no Município do Montijo), enquanto apoio ao evento e à entidade organizadora.-----

(Proposta subscrita pelo Senhor Vereador José Francisco dos Santos) -----

O Senhor Vereador Pedro Vieira, no uso da palavra, referiu que na presente proposta deveria constar um ponto que se incluísse o valor expresso da isenção.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal do Montijo, Nuno Ribeiro Canta, considerou que seria mais esclarecedor a inclusão do valor da isenção, e colocou à consideração a sua inclusão na proposta, o que foi aceite pela Câmara.-----

DELIBERAÇÃO: Aprovada por Unanimidade -----

2 - PROPOSTA N.º 1023/2016 - CELEBRAÇÃO DE ACORDO DE PRODUÇÃO PARA A APRESENTAÇÃO DO EVENTO “LUSÍADAS FUSION” NO CINEMA-TEATRO JOAQUIM D’ALMEIDA A 8 E 9 DE JULHO DE 2016-----

No âmbito da programação do Cinema -Teatro Joaquim d’Almeida para 2016, está prevista a apresentação do evento “Lusíadas Fusion”, para os dias 8 e 9 de julho de 2016, pelas 21h30; -----

Considerando que, de acordo com o modelo da estrutura orgânica do Município de Montijo, incumbe à Divisão de Cultura, Biblioteca, Juventude e Desporto, entre outras, as funções de “assegurar a gestão dos equipamentos culturais municipais, designadamente o Cinema-Teatro Joaquim d’Almeida”, de “promover e coordenar as ações culturais municipais e estabelecer parcerias com entidades externas, visando dinamizar e otimizar os meios e recursos disponíveis”, e também “colaborar (...) com outras entidades na organização de eventos de natureza cultural e desportiva, visando a dinamização das diferentes estruturas culturais e desportivas existentes no Município”, ao abrigo das alíneas c), d) e j), constantes do art.º 9.º, do Regulamento das Estruturas Flexíveis do Município de Montijo, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 94, de 16 de Maio;-----

Considerando que, de acordo com a redação da alínea e) do número 2 do artigo 23.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, a Câmara Municipal dispõe de atribuições no domínio do “património, cultura e ciência”;-----

Considerando o disposto nas alíneas o), u) e ee), do n.º 1, do art.º 33.º, da citada Lei;-----

Tendo em conta o n.º 1, do art.º 6.º, da Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro;----

Considerando o interesse do Município do Montijo pelo espetáculo em questão e a análise realizada no sentido de garantir a sua realização no Cinema-Teatro Joaquim d'Almeida, nas condições económicas mais vantajosas para este Município;-----

PROPONHO:-----

Que a Câmara Municipal delibere aprovar a celebração do Acordo de Produção nos termos em anexo, a celebrar e outorgar entre o Município de Montijo e a Associação de Dança - Dance Fusion by Sílvia Carvalho, para a apresentação do evento “Lusíadas Fusion”, previsto para os dias 8 e 9 de Julho de 2016, bem como a isenção do pagamento de locação do Cinema-Teatro Joaquim d'Almeida referente à utilização do mesmo, o que corresponde a um valor total de 6.640,32 € acrescido de IVA à taxa legal (calculado com base no Regulamento de Taxas e Tarifas em vigor no Município do Montijo), enquanto apoio ao evento e à entidade organizadora.-----

(Proposta subscrita pelo Senhor Vereador José Francisco dos Santos) -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal do Montijo, Nuno Ribeiro Canta, tal como ocorreu na proposta anterior, colocou à consideração a explicitação na proposta do valor da isenção, tendo a mesma sido aceite pela Câmara.-----

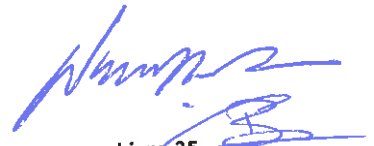
DELIBERAÇÃO: Aprovada por Unanimidade -----

3 - PROPOSTA N.º 1024/2016 - ISENÇÃO DE PAGAMENTO DO VALOR DE LOCAÇÃO DO PAVILHÃO N.º1 DO PARQUE DE EXPOSIÇÕES PARA A REALIZAÇÃO DE UMA EXPOSIÇÃO AUTOMÓVEL-----

A Empresa Stand Raul Marçal, Lda., entidade privada, com sede empresarial na Rua Tenente Valadim, n.º 22, na União das Freguesias do Montijo e Afonsoeiro, Concelho de Montijo, solicitou à Câmara Municipal a cedência e disponibilização do Pavilhão n.º 1 do Parque de Exposições, nos dias 6, 7 e 8 de outubro, quinta, sexta e sábado, das 10h30 às 22h30, com vista à promoção e realização de uma Exposição Automóvel.-----

A empresa, mais solicitou a isenção do pagamento das tarifas devidas à Câmara Municipal, emergentes da locação do supra indicado Pavilhão do Parque de Exposições, as quais se mostram previstas no artigo 14.º da Tabela Municipal de Tarifas, com esteio e fundamento no disposto no artigo 4.º, do n.º 2 do Regulamento Municipal de Tarifas.-----

À iniciativa em apreço, consistente numa Exposição Automóvel, subjaz interesse público municipal, integrando o evento em causa um vasto conjunto de atividades de exposição dos serviços e produtos do ramo automóvel.-----



Livro 25
Folha 565

Os custos da utilização e cedência deste equipamento totalizam o valor de 1.548,24 € acrescido de IVA à taxa legal, calculado com base nos valores constantes no Regulamento de Tarifas do Município do Montijo em vigor.-----
Considerando, e, tendo em conta a atribuição do Município prevista na alínea e) do número 2, do artigo 23.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. Considerando ainda, o estipulado no número 2 do artigo 4.º do Regulamento Administrativo Municipal de Tarifas em vigor, segundo o qual “por deliberação da Câmara Municipal de Montijo, devidamente fundamentada, podem ser criadas novas isenções”.-----

PROPONHO:-----

Que a Câmara Municipal delibere aprovar a cedência e o pedido de isenção de pagamento de tarifas de utilização apresentado pela Empresa Stand Raul Marçal, Lda. relativo à locação do Pavilhão n.º1 do Parque de Exposições, nos dias 6, 7 e 8 de outubro, quinta, sexta e sábado, das 10h30 às 22h30, com vista à promoção e realização de uma Exposição Automóvel.-----

(Proposta subscrita pelo Senhor Vereador José Francisco dos Santos) -----

O Senhor Vereador Pedro Vieira, no uso da palavra, referiu que a proposta não inclui nenhum requerimento devidamente fundamentado com prova documental, do direito à isenção de pagamento.-----

DELIBERAÇÃO: Proposta Retirada -----

4 - PROPOSTA N.º 1025/2016 - FIXAÇÃO DO PREÇO DE VENDA DE ÍMANES PROMOCIONAIS DO MONTIJO -----

A Câmara Municipal de Montijo procedeu à aquisição de uma coleção de 5 ímanes para frigorífico, enquanto produto promocional do Concelho, cujo tema de base é o património azulejar. A produção destes materiais é uma das formas de consubstanciar o disposto na alínea t) do ponto 1. do Art.º 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, no que respeita à competência material da Câmara Municipal em assegurar a “(...) divulgação do património natural, cultural, paisagístico e urbanístico do município”. -----

A coleção de 5 ímanes com imagens diferentes alusivas aos azulejos constituiu-se como um objeto atrativo e de interesse para os turistas que visitam o Concelho, podendo ser uma recordação da sua passagem pelo Montijo. Considera-se assim que haverá todo o interesse em que este material seja vendido no Posto de Turismo.-----

Considerando que, de acordo com a redação da alínea e) do ponto 1 do artigo 23.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal dispõe de atribuições no domínio do “património, cultura e ciência”;-----

Considerando o exposto na alínea e), do n.º 1, do artigo 33.º, do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, em que compete à Câmara Municipal “fixar os

preços da prestação de serviços ao público pelos serviços municipais ou municipalizados, sem prejuízo, quando for caso disso, das competências legais das entidades reguladoras”;

Considerando a necessidade de determinar o preço de venda ao público do material promocional em causa.

PROPONHO:

Que a Câmara Municipal delibere aprovar, de acordo com a fundamentação de facto e de direito acima aduzida, a fixação do preço de venda ao público do material promocional - 5 ímanes com imagens diferentes alusivas aos azulejos do Montijo, de acordo com o seguinte:

- Preço unitário por ímane: 0,50 €
- Coleção completa (5 ímanes): 2,00 €

(Proposta subscrita pelo Senhor Vereador José Francisco dos Santos)

DELIBERAÇÃO: Aprovada por Unanimidade.

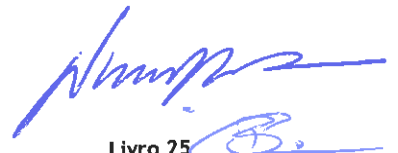
III - DIVISÃO DE PLANEAMENTO DO TERRITÓRIO E URBANISMO

1- PROPOSTA N.º 1026/2016 - PEDIDO DE PARECER CAMARÁRIO, REFERENTE AO AUMENTO DO NÚMERO DE COMPARTES, PARA TRANSMISSÃO ENTRE VIVOS DO PRÉDIO URBANO SITO NA HERDADE DO VALE DA AZENHA DE BAIXO, DA FREGUESIA DE CANHA, CONCELHO DE MONTIJO, AO ABRIGO DO DISPOSTO DO N.º 1 DO ARTIGO 54.º, DA LEI N.º 91/95, DE 02 DE SETEMBRO, NA REDAÇÃO DADA PELA LEI N.º 10/2008, DE 20 DE FEVEREIRO

Solicita a requerente, através do processo registado nesta Divisão com o n.º de certidão 330/16, a obtenção de parecer favorável por parte desta Câmara, mediante emissão de certidão, referente ao aumento do número de compartes do prédio urbano, situado na Herdade do Vale da Azenha de Baixo, da Freguesia de Canha, Concelho de Montijo, descrito na Conservatória do Registo Predial de Montijo sob o n.º 373/20090525 da freguesia de Canha, e inscrito na matriz predial rústica sob o artigo 39.º, secção AC da freguesia de Canha, e na matriz predial urbana sob o artigo 198.º da freguesia de Canha, ao abrigo do disposto do n.º 1 do artigo 54.º, da Lei n.º 91/95, de 02 de Setembro, na redação dada pela Lei n.º 10/2008, de 20 de fevereiro.

A certidão tem como objetivo, relativamente ao prédio indicado, a adjudicação a três herdeiros em doação.

Assim sendo, no âmbito do pedido solicitado e para efeito de aumento do número de compartes por doação do direito de propriedade a três herdeiros, considera-se que nos termos previstos no artigo 54.º da Lei n.º 91/95, de 2 de setembro, na redação dada pela Lei n.º 10/2008, de 20 de fevereiro, a pretensão não viola o regime legal dos loteamentos urbanos nem comporta o risco de parcelamento físico desconforme com os instrumentos de ordenamento em vigor, designadamente o Plano Diretor Municipal de Montijo publicado no



Livro 25
Folha 567

Diário da República n.º 27, I Série B, 1 de Fevereiro de 1997, conforme Resolução do Conselho de Ministros n.º 15/97.-----

PROPONHO:-----

A emissão de parecer favorável nos termos do disposto do n.º 1 do artigo 54.º, da Lei n.º 91/95, de 02 de setembro, na redação dada pela Lei n.º 10/2008, de 20 de fevereiro, para transmissão entre vivos do prédio urbano, situado na Herdade do Vale da Azenha de Baixo, da Freguesia de Canha, Concelho de Montijo, descrito na Conservatória do Registo Predial de Montijo sob o n.º 373/20090525 da Freguesia de Canha, e inscrito na matriz predial rústica sob o artigo 39.º, secção AC da freguesia de Canha, e na matriz predial urbana sob o artigo 198.º da freguesia de Canha.-----

(Proposta subscrita pelo Senhor Presidente Nuno Ribeiro Canta) -----

DELIBERAÇÃO: Aprovada com três votos a favor do PS e quatro abstenções, duas do PSD e duas da CDU. -----

IV - DIVISÃO DE OBRAS, SERVIÇOS URBANOS, AMBIENTE E QUALIDADE DE VIDA

1- PROPOSTA N.º 1027/2016 - AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSO PLURIANUAL RELATIVO À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO DE “RECUPERAÇÃO DE TREZE FOGOS DEVOLUTOS E PARTES COMUNS DE TRÊS PARTES DE EDIFÍCIOS - CÂMARA MUNICIPAL DO MONTIJO”, NOS TERMOS DA LEI N.º 8/2012, DE 21 DE FEVEREIRO (REPUBLICADA EM ANEXO À LEI N.º 22/2015, DE 17 DE MARÇO) -----

1. Considerando o disposto na alínea c) do número 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (republicada em anexo à Lei n.º 22/2015, de 17 de março), que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso das entidades públicas, estão sujeitos a autorização prévia da Assembleia Municipal, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parceiros público-privadas.-----

2. Considerando a deliberação do executivo municipal de 30 de outubro de 2013, titulada pela Proposta n.º 12/2013, aprovada em Assembleia Municipal, na sua primeira reunião da primeira sessão ordinária de 29 de novembro de 2013, a autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais, em conformidade com o previsto na alínea c) do número 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (republicada em anexo à Lei n.º 22/2015 de 17 de março), pode ser autorizada pelo órgão executivo, câmara municipal, nos casos em que:-----

- a. Resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados;-----
- b. Os seus encargos não excedam o limite de € 99.759,58 (noventa e nove mil setecentos e cinquenta e nove euros e cinquenta e oito cêntimos), em cada um

dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos.-----

Propõe-se que o Executivo Municipal delibere:-----

1. Conceder autorização prévia para assunção de compromisso plurianual, relativo à celebração do contrato de “Recuperação de treze fogos devolutos e partes comuns de três edifícios - Câmara Municipal do Montijo” com efeitos orçamentais e económicos nos anos de 2016 (prevendo-se quatro meses de trabalho e uma execução financeira de 77,65% do preço contratual, conforme cronograma financeiro apenso ao processo) e 2017 (dois meses de trabalho e 22,35% do preço contatual), informando a Assembleia Municipal de tal deliberação.-----

(Proposta subscrita pelo Senhor Vereador José Francisco dos Santos) -----

O Senhor Vereador Pedro Vieira, no uso da palavra, referiu que a proposta apresentada não refere se os fogos são municipais, o proprietário não é caracterizado adequadamente e que nada refere quanto ao local. Seguidamente solicitou o cronograma financeiro, que na proposta refere estar apenso ao processo, mas que não foi enviado aos Vereadores. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal do Montijo, Nuno Ribeiro Canta, informou que normalmente as obras públicas, como é o caso, são realizadas em edifícios municipais, e que é óbvio que a reparação dos fogos devolutos são municipais, contudo, não vê inconveniente em explicitar a propriedade dos fogos na proposta.-----

Referiu, por fim, que irá fazer chegar o cronograma financeiro, existente no processo disponível para consulta.-----

O Senhor Vereador Pedro Vieira, no uso da palavra, disse que poderia tratar-se de uma demolição coerciva, como já aconteceu a algum tempo atrás, e que deveria ser colocado o nome da Câmara Municipal do Montijo. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal do Montijo, Nuno Ribeiro Canta, colocou à consideração a inclusão da referida alteração, acrescentando na epígrafe “A Câmara Municipal do Montijo”, tendo a mesma sido aceite pela Câmara.-----

DELIBERAÇÃO: Aprovada por Unanimidade -----

Pelas vinte e uma horas, deu-se início ao período de intervenção do público, nos termos do n.º 1 do artigo 49.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

O Senhor munícipe Aníbal Fulgêncio no uso da palavra, solicitou o alcatroamento da rua onde reside, no Caminho do Chula e mencionou que é

uma rua que já tem muito movimento, onde os veículos passam com velocidade provocando o levantamento de muito pó. -----

O Senhor **Presidente da Câmara Municipal do Montijo, Nuno Ribeiro Canta**, respondeu que o Município do Montijo tem desenvolvido trabalhos de pavimentação de caminhos rurais em todas as Freguesias do Concelho. -----
Esclareceu que a intensão é criar uma rede principal de caminhos pavimentados para o escoamento dos produtos agrícolas e que alguns dos caminhos rurais não serão asfaltados devido às limitações financeiras do Município. -----
Todavia, informou o Senhor Município que irá avaliar a sua reivindicação e desenvolver os esforços necessários para um dia asfaltar o Caminho do Chula, ao qual recentemente foi atribuído o topónimo. -----

O Senhor município **Joaquim Batalha**, no uso da palavra, na qualidade de Presidente da Junta de Freguesia de Sarilhos Grandes apresentou um leque de questões, cujo teor a seguir se transcreve: -----

1. Referiu que uma das situações que já vem desde o ano de 2013, é a promessa da entrega de um trator aos funcionários da Junta de Freguesia e mencionou que o que foi dito pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal foi que a Junta de Freguesia não tem já o trator porque a CDU votou contra o orçamento da Câmara Municipal para 2015. Relembrou que a única viatura (de carga para 3500 Kg) que a Junta de Freguesia dispõe, foi adquirida pela Junta de Freguesia de Sarilhos Grandes, porque a Câmara Municipal não tinha uma viatura para disponibilizar à Junta de Freguesia. Solicitou informação sobre para quando está previsto a entrega do trator. -----
2. Outra questão que colocou teve a ver com a reparação do gimnodesportivo da Rua Humberto Delgado, referiu que tem conhecimento que esta obra está prevista no orçamento camarário para 2016 e pretende saber para quando é o início das obras e a sua conclusão. -----
3. Questionou para quando está previsto o arranjo do espaço exterior da Escola Básica de Sarilhos Grandes, referiu que espera que as obras se realizem no período das férias de verão. -----
4. Mencionou que foi realizado um alcatroamento na Rua Fernando Pessoa, mas que nada foi feito na Rua Almada Negreiro, sugeriu que também se fizesse obras naquela rua, assim como no Caminho do Chula. -----
5. Informou que não existe nenhum espaço para a prática de Futebol Infantil em Sarilhos Grandes e sugeriu a possibilidade de melhoria das condições do "Juventude Futebol Clube Sarilhense", sabendo de antemão que o Campo de Futebol está num sítio que pertence a uma Quinta que não é propriedade da Câmara nem do Clube, mas considera que havia de se fazer algumas *démarches* no sentido de se legalizar esta situação e colocar-se o campo de futebol ao serviço da população e em condições para a prática desportiva. --

6. Referiu que foi apresentada uma proposta que vem de acordo com o pedido do “Vasco da Gama Futebol Clube da Lançada”, de construção de um polidesportivo naquela zona e solicitou que esta obra fosse realizada ainda no final do atual mandato. -----
7. Mencionou que não existe uma zona onde a população de Sarilhos possa usufruir de algum espaço verde com as suas crianças e sugeriu a zona da Rua do Poço Novo onde estão instalados os lavadouros e os estaleiros da Junta de Freguesia para a construção de um espaço verde multiusos, porque os Sarilhenses gostariam que este espaço fosse aproveitado e considera que aquele espaço tem todas as condições para isso. -----
8. Referiu que foi solicitada a reparação da ligação de Sarilhos Grandes para Sarilhos Pequenos e que esta foi efetuada recentemente, e colocou a necessidade daquela ligação ser também para viaturas ligeiras, a fim de permitir a circulação e a ligação entre duas freguesias dos dois Concelhos. -
9. Referiu que apresentou como urgente o calcetamento das bermas das Estradas da Avenida 5 de Outubro, da Broega até à entrada da Estrada dos Paulinos, situação também ela referenciada pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal como urgente, “mas o certo é que estamos uma vez mais quase no final do ano, vai-se colocar as férias e é complicado termos esta obra realizada”.-----
10. Mencionou que apresentou uma proposta de um novo projeto para o Jardim do Bairro Novo, porque o atual Jardim não está a ser aproveitado pela população pelas suas características, e que há necessidade de se adaptar e reformular esse espaço e colocá-lo ao serviço daquela população.-----
11. Mencionou que a Junta de Freguesia de Sarilhos Grandes exigiu ao Senhor Presidente da Câmara Municipal a resolução de uma situação que considera muito grave para a população de Sarilhos Grandes que é a eliminação de um esgoto a céu aberto que está a desaguar no Rio Tejo, na zona do fim da Rua da Hortinha e que o Senhor Presidente da Câmara Municipal disse que enquanto não se efetuasse a urbanização daquela zona não haveria possibilidade de fazer-se esta ligação e que a solução passaria por acrescentar um cano de escoamento de esgoto dentro do rio, solução com a qual não concorda porque considera que se tem de fazer uma ligação à ETAR.-----
12. Propôs uma intervenção ao nível da Zona Ribeirinha da Freguesia de Sarilhos Grandes e a criação de uma zona pedonal que fizesse a ligação entre o Montijo e Sarilhos Grandes, passando pela zona onde está situado o Moinho de Maré. Sugeriu ainda a potencialização de uma pequena praia que existe naquela freguesia, através da criação de um espaço de lazer ligado à flora e à fauna ribeirinha. -----

13. Referiu que a Junta de Freguesia irá fazer alguma pressão pela necessidade de um Centro de Saúde em Sarilhos Grandes, porque a população de Sarilhos Grandes tem de se deslocar para fora do Concelho para ter acesso ao Centro de Saúde. -----

O Senhor **Presidente da Câmara Municipal do Montijo, Nuno Ribeiro Canta**, referiu que conta fazer a entrega do trator e das alfaias ainda durante o ano de 2016. Esclareceu que o trator para a Junta de Freguesia de Sarilhos Grandes não foi entregue mais cedo, conforme acordado com a Junta, porque a oposição da CDU e do PSD votaram contra o orçamento para 2015, o qual continha uma rubrica própria para a aquisição do mesmo. Foi de facto o voto contra da CDU e do PSD que impediu a aquisição do trator para Sarilhos. Assim, quando o orçamento para 2016 entrou em vigor, foram imediatamente iniciados os procedimentos para a aquisição de um trator para a Freguesia de Sarilhos, procedimentos estes que estão concluídos aguardando-se agora o visto do Tribunal de Contas. -----

Informou que a Câmara Municipal do Montijo tem cooperado com a Junta de Freguesia de Sarilhos Grandes no sentido de ultrapassar a inexistência de um trator, designadamente no corte de ervas nas bermas das estradas e passeios, e a regularização dos caminhos rurais. -----

Relativamente à questão da obra de reparação do polidesportivo, referiu que tal como já teve oportunidade de falar com o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Sarilhos Grandes, o projeto está ainda a ser finalizado e será realizado no segundo semestre deste ano. Referiu ainda, que por indicação da Junta de Freguesia, esta obra destina-se à colocação de uma cobertura, à reparação do piso e da vedação envolvente. -----

No que respeita aos arranjos exteriores da Escola Básica de Sarilhos Grandes, informou que esta situação está considerada na empreitada de trabalhos diversos nas escolas. -----

A Câmara Municipal do Montijo pavimentou recentemente a Rua Fernando Pessoa, em Sarilhos, uma obra prometida e cumprida. Quanto aos asphaltamentos da Rua Almada Negreiros, alertou para a necessidade do seu alargamento, uma vez que é um arruamento muito estreito. Por isso, será necessário envolver os proprietários para construir um arruamento com as dimensões mínimas de qualidade o que, forçosamente, obriga a mais tempo. -----

Em relação ao novo projeto para o Centro de Reformados, Pensionistas e Idosos de Sarilhos Grandes, esclareceu que a Câmara Municipal do Montijo apenas se comprometeu com o projeto de arquitetura, e que o mesmo foi entregue no final de 2015. Faltam os projetos das especialidades da responsabilidade do Centro de Reformados. Recentemente, o Centro de Reformados manifestou dificuldades na conclusão dos projetos das especialidades. Nesse sentido, a Câmara Municipal do Montijo comprometeu-se a participar financeiramente nos

referidos projetos, aguarda-se apenas a aprovação da revisão ao orçamento municipal na próxima reunião da Assembleia Municipal. -----

Relativamente ao problema do Juventude Futebol Clube Sarilhense, respondeu que é uma situação que o Senhor Município Joaquim Batalha tem conhecimento, enquanto Presidente da Junta de Freguesia de Sarilhos Grandes, há muitos anos. O problema tem a ver com a propriedade do terreno ocupado pelo campo de Futebol, de natureza privada, com um processo de litígio moroso, e sobre o qual a Câmara Municipal do Montijo pouco pode fazer para ultrapassar o impasse. A Lançada teve em tempos um Polidesportivo, junto da Rua Montes Claros, muito pouco utilizado. No entanto, se existir um terreno mais central está disponível para estudar a proposta da população. -----

Relativamente à criação de um espaço verde, referiu que é uma situação que está prevista, mas que para já a Câmara Municipal não tem condições de executar essa obra e que particularmente na zona dos lavadouros considera ser difícil haver ali alguma intervenção, pelo menos para os próximos dois anos.---

A ligação pedonal entre Sarilhos Grandes e Sarilhos Pequenos, sobre o Moinho de Maré dos dois termos, estava em condições de segurança preocupantes. Esclareceu que pelo facto de aquela zona ser sensível do ponto de vista ecológico, não concorda com a utilizada da ponte pelos automóveis, tal como foi sugerido pelo município. Uma passagem rodoviária sobre a vala da Broega deve ser prevista mais a montante da caldeira de Moinho de Maré, tal como sugerido pela Câmara Municipal do Montijo à Câmara Municipal da Moita. -----

Quanto aos calcetamentos na Estrada Nacional n.º 11 até à Estrada dos Paulinos, informou poderão ser considerados na empreitada de trabalhos diversos para 2016. -----

O Jardim do Bairro Novo em Sarilhos Grandes foi alvo de obras de responsabilidade da Junta de Freguesia de Sarilhos Grandes. A obra conduziu a uma desadequação do espaço, com um Parque Infantil incompleto, um espaço polidesportivo de relva natural de difícil manutenção e utilização. Tal como já informou na visita realizada na Freguesia de Sarilhos Grandes, na presença dos autarcas de Freguesia, será necessário estudar uma alternativa para esse espaço público que sirva a população. -----

Quanto aos problemas dos esgotos, identificou três pontos de descarga no rio, que nunca foram resolvidos pela Câmara e pela SIMARSUL, S.A. -----

Primeiro, a Câmara ponderou a sua resolução no âmbito da Urbanização desenvolvida nos terrenos ocupados pelo Vasco da Gama Futebol Clube da Lançada, através da construção de uma estação elevatória, solução adiada pela suspensão do processo de loteamento. -----

A SIMARSUL, também nunca assumiu a resolução deste problema, porque não considera um elemento do sistema em alta, embora, na verdade a construção de um coletor de cintura o seja. Contudo, a Câmara Municipal, os SMAS e as



Livro 25
Folha 573

Águas de Lisboa e Vale do Tejo estejam a desenvolver um estudo para a construção de um coletor que faça a ligação à ETAR do Afonsoeiro, no Arce. -- A revisão do PDM contempla a preservação da zona sensível do Arce, a ligação em ponte pedonal Sarilhos-Montijo, e a preservação do património histórico relevante da Freguesia. -----

Relativamente a uma extensão do Centro de Saúde na Freguesia, informou que é uma possibilidade a estudar dentro dos equipamentos de cuidados de saúde primários, embora não seja fácil a sua concretização. Primeiro, é necessário um espaço adequado que, do seu ponto de vista, poderia ser o espaço municipal atualmente ocupado pelo Centro de Reformados de Sarilhos Grandes. -----

Segundo, é importante pensar na organização da Unidade de Saúde que, no caso, parece aconselhável uma Unidade de Saúde Familiar. -----

Estas opções serão discutidas brevemente com a Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, numa audiência solicitada pela Câmara. -----

Por fim, referiu que todas estas questões não são novas e, felizmente, foram discutidas com a população por ocasião da visita que realizou à Freguesia de Sarilhos Grandes. -----

A Senhora Vereadora Maria Clara Silva, no uso da palavra, apresentou duas notas, cujo teor a seguir se transcreve:-----

1. "Relativamente ao Centro de Reformados Pensionistas e Idosos de Sarilhos Grandes, tal como o Senhor Presidente da Junta de Freguesia referiu, também considero que este processo é um processo que se vem protelando ao longo do tempo e que merece uma resposta condigna para o Centro de Reformados. Quando proferimos esta afirmação que o processo se prolonga, importa fazer a história deste processo. Este processo inicia-se com a cedência pela Câmara Municipal de um terreno para a construção de um Lar que o Centro de Reformados pretendia contruir, fez-se a escritura desse terreno, o Centro de reformados inclusive pagou o projeto para a construção desse Lar, e depois entende, e bem, que não era aquela resposta que pretendia, mas sim um Centro de Convívio e um Centro de Dia como tem atualmente. Nesse sentido, teve-se que voltar atrás a Reunião de Câmara, alterar a razão da cedência do terreno, voltar a fazer uma escritura para aquele fim, porque a cedência anterior tinha sido especificamente para o Lar, portanto, tudo isto atrasou o processo, porque a papelada atrasa sempre. Depois disso, como o Senhor Presidente disse, a Câmara Municipal do Montijo, comprometeu-se a fazer o projeto de arquitetura, fê-lo e entregou. Posteriormente, tive a oportunidade e o Senhor Presidente também, de reunir com a Senhora Presidente do Centro de Reformados e o nosso compromisso foi, que a Câmara Municipal do Montijo, atendendo às condições financeiras do Centro de Reformados

inerentes à construção do Lar, atribuiria um subsídio de 50% do valor do projeto da especialidade, e esse valor como o Senhor Presidente teve oportunidade de referir, está contemplado na Revisão ao Orçamento e irá à próxima reunião da Assembleia Municipal.-----

2. Em relação à Educação, como o Senhor Presidente da Junta de Freguesia referiu, nós já fizemos uma avaliação das obras que estão incluídas na empreitada de trabalhos diversos e iremos também substituir o mobiliário do pré-escolar, não logo no início do ano letivo porque existe um concurso no meio e não garanto que esteja terminado logo em setembro durante o primeiro período. Na Escola Básica, o mobiliário é dos modernos e responde às necessidades dos alunos. No pré-escolar também iremos proceder à lavagem da caixa-de-ar, é aquilo que com o Agrupamento avaliámos, ainda ontem, que seria importante realizar”.-----

O Senhor Vereador **Francisco Santos**, no uso da palavra, referiu que realizou uma reunião com o “Juventude Futebol Clube Sarilhense” para fazer uma análise da situação, uma vez que o ano passado não foi possível, e “Decidiram-se duas coisas que eu considero extremamente importantes, que se iria proceder à realização de um contrato - programa para a época 2016/2017, e que a Câmara Municipal do Montijo se disponibilizava a verificar os problemas que afetam o clube e que iria fazer tudo o que estivesse ao seu alcance, dentro das possibilidades financeiras, para que o “Juventude Futebol Clube Sarilhense”, possa praticar desporto em condições, como se tem vindo a fazer com todos os clubes de todas as Freguesias.”-----

O Senhor munícipe **Júlio Mascarenhas**, no uso da palavra, congratulou a Câmara Municipal do Montijo pela realização de uma reunião descentralizada em Sarilhos Grandes, particularmente no “Vasco da Gama Futebol Clube da Lançada”. Relativamente à construção do polidesportivo lembrou que é um processo que se arrasta há muitos anos e que considera que a Câmara Municipal tem poder para resolver essa situação, porque existe um protocolo assinado entre aquele Clube, a Câmara Municipal e os herdeiros, em que estes se comprometeram em ceder o espaço.-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal do Montijo, **Nuno Ribeiro Canta**, agradeceu ao Senhor munícipe **Júlio Mascarenhas**, toda a cooperação mantida com a Câmara Municipal do Montijo. -----

Concorda que o processo do Vasco da Gama Futebol Clube da Lançada é um processo moroso, mas a Câmara não deixará de continuar a procurar resolver os problemas, em particular aqueles que dizem respeito à propriedade dos terrenos.-----

A Senhora munícipe **Sabina Pereira**, no uso da palavra, na qualidade de Presidente da Associação Musical União e Trabalho - AMUT, colocou um



problema relativamente ao IMI, em que a avaliação que foi feita pela Autoridade Tributária em 2013 atribuía à AMUT uma área de 2470 m², o que faz com que a AMUT tenha um valor anual de 1.920,60 € para pagar de IMI. Referiu que o Senhor Vereador Francisco dos Santos a informou que tinha sido enviado um ofício em novembro de 2015 à AMUT, para ajudar a solucionar este problema, mas que mesmo assim ficou sem perceber o que se tem de fazer, porque não entendeu a linguagem técnica do mesmo. Mencionou que a Câmara Municipal estabeleceu com a AMUT um protocolo de colaboração, e que têm recebido anualmente um subsídio de 700,00 € e mais um instrumento no valor de 500,00 €, mas que este apoio que recebem não dá para colmatar a despesa que têm com o IMI. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal do Montijo, Nuno Ribeiro Canta, referiu que a Câmara Municipal procura, em cada momento, ajudar a resolver os problemas colocados pelas coletividades e associações. No caso da AMUT, foi isso que se passou com o envio de um ofício, no final de 2015, no qual se indicava o caminho para que o problema do IMI fosse ultrapassado.-----

Sublinhou, que, o Município continua disponível para auxiliar com a instituição, todavia o impulso junto da Autoridade Tributária cabe à AMUT de Sarilhos Grandes.-----

Quanto aos apoios concedidos, através de protocolo de colaboração, servem para apoiar os projetos e atividades da AMUT. Relembrou que os apoios da Câmara Municipal para obras no edifício da AMUT, como a substituição da cobertura ou a remodelação das casas de banho, foram apoiadas na totalidade pelo Município.-----

A Senhora munícipe **Maria Pereira**, no uso da palavra, apresentou algumas queixas por parte de alguns moradores de Sarilhos Grandes, que tem a ver com o vazamento das fossas, cujo teor a seguir se transcreve: -----

“Teve conhecimento que um morador solicitou o vazamento da sua fossa no dia 9 de maio e até ao momento ainda não foi concretizado;-----
Também soube que um outro morador já despejou a sua fossa para a vala real e disse que iria voltar a fazê-lo, situação que considera ser um problema de saúde pública;-----

Referiu que as pessoas que têm as fossas pagam o saneamento mas o vazamento das fossas não tem sido feito, e os moradores toleram um atraso de uma semana, mas um mês já é demais e questionou o porquê de uma demora tão grande no vazamento das fossas destes moradores?”-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal do Montijo, Nuno Ribeiro Canta, informou que existem atrasos no despejo de fossas, da responsabilidade da empresa contratada, e que tem causado reclamações por parte dos munícipes. Apesar do contrato exigir o cumprimento do Serviço programado, no último

mês, a situação de incumprimento agravou-se, obrigando à notificação da empresa com vista à regularização do serviço. Contudo, está a ponderar contratar outras empresas para colmatar as falhas no serviço, por razões de saúde pública. Espera que desta forma sejam ultrapassados os atrasos na limpeza das fossas existentes no concelho.-----

O Senhor munícipe **Jorge Serrano**, no uso da palavra, na qualidade de Presidente da Assembleia da Junta de Freguesia de Sarilhos Grandes e de associado do “Vasco da Gama Futebol Clube da Lançada”, congratulou e agradeceu a vinda do executivo da Câmara Municipal do Montijo a Sarilhos Grandes e a realização de uma reunião descentralizada naquele local, facto que considerou ser histórico.-----

Referiu que a Quinta da Lançada e o Lugar da Lançada, foram das primeiras coisas que ficaram gravadas nos registos da Câmara Municipal do Montijo, realçou a importância daquele local como património histórico e que por aquele local passam centenas de pessoas, pelo que solicitou que a Câmara Municipal tenha atenção aquele património histórico tão importante para a Lançada, para Sarilhos Grandes e para o Montijo, porque está a olhos vistos de todos que aquele património está a ficar degradado e que se vai decompor. Também mencionou que a Câmara Municipal poderá ter a possibilidade de recorrer ao IPPAR ou a outra instituição para que seja requalificada a Quinta da Lançada e o Moinho de Maré. Por último, salientou a importância daquela Freguesia como Capital da Gastronomia do Concelho do Montijo. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal do Montijo, **Nuno Ribeiro Canta**, agradeceu as palavras do Senhor Munícipe Jorge Serrano, em particular no que respeita ao simbolismo da presente reunião, na histórica localidade da Lançada.

O Senhor munícipe **Francisco Grilo**, no uso da palavra, colocou um conjunto de questões, cujo teor a seguir se transcreve: -----

1. Referiu que as ruas da Lançada precisam de ser varridas; -----
2. Os contentores do lixo precisam de ser lavados com mais frequência porque é uma terra de restauração e por esse motivo os contentores estão sempre mais cheios e o cheiro torna-se insuportável; -----
3. Perguntou o que a Câmara Municipal pretende fazer em relação à Escola da Hortinha se vai fechar ou se vai ser aproveitada para um Centro de idosos;
4. Referiu que existe um triângulo por detrás da sede do “Vasco da Gama Futebol Clube da Lançada” e questionou se o mesmo pertence à Câmara Municipal do Montijo. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal do Montijo, **Nuno Ribeiro Canta**, referiu que relativamente aos dois primeiros problemas, toma boa nota e irá informar os serviços responsáveis e a Junta de Freguesia de Sarilhos Grandes.



Em relação ao destino do edifício da Escola da Hortinha, informou que o mesmo ainda continua na rede escolar do Agrupamento, e que passado o tempo exigido pode ser utilizado para outros fins. O aproveitamento do espaço para outros serviços às populações está em cima da mesa, como está o caso de outro edifício escolar de Sarilhos, a escola do Corte do Esteval. São edifícios públicos que devem estar ao serviço das populações.-----

Em relação ao espaço junto ao Vasco da Gama Futebol Clube da Lançada, não consegue precisar a sua propriedade, mas admite que o mesmo está integrado na propriedade da quinta onde está instalada a sede do Vasco da Gama.-----

O Senhor munícipe **Carlos Nicolau**, no uso da palavra, colocou um conjunto de questões, cujo teor a seguir se transcreve: -----

1. Referiu que existe um problema na Lançada que se arrasta há mais de 20 anos, que são os dejetos a céu aberto, que quem vem da IC33, da via rápida e chega à rotunda da Lançada pode verificar essa situação. -----
2. Informou que um contentor da Rua Florbela Espanca ardeu e que a proteção civil colocou um gradeamento em redor, mas que as pessoas continuam a colocar o lixo junto ao contentor. Perguntou porque não se substituí aquele contentor? -----
3. Informou que as torneiras dos lavadouros continuam sem serem colocadas.

O Senhor **Presidente da Câmara Municipal do Montijo, Nuno Ribeiro Canta**, recordou que na presente reunião já informou sobre os procedimentos adotados pelo município para resolver o problema dos esgotos, envolvendo a empresa que gere a rede em alta, as Águas de Lisboa e Vale do Tejo.-----
Relativamente ao contentor vandalizado, na Rua Florbela Espanca, vai solicitar aos serviços a sua reposição.-----

Quanto às torneiras referidas, tomou boa nota e irá solicitar informação junto dos serviços responsáveis.-----

O Senhor munícipe **Fernando Oliveira**, no uso da palavra, solicitou a limpeza das ervas na Estrada do Malpique e referiu que tem um silvado muito alto junto à vedação da sua casa e que tem receio que alguém atire um cigarro para lá e que possa incendiar a vedação.-----

O Senhor **Presidente da Câmara Municipal do Montijo, Nuno Ribeiro Canta**, registou a reclamação do Senhor munícipe e informou que irá resolver o assunto.-----

Não tendo existido mais intervenções do público presente, iniciou-se o período de **Antes da Ordem do Dia**, pelas vinte e duas horas e dez minutos.-----

Todas as deliberações tomadas foram aprovadas em minuta, nos termos e para os efeitos previstos nos números 3 e 4 do artigo 21.º do Regimento da Câmara Municipal e nos termos da deliberação tomada em reunião ordinária da Câmara

Municipal de 23 de outubro de 2013, titulada pela Proposta n.º 02/2013, tendo para o efeito sido assinadas pelo Senhor Presidente da Câmara. -----

E não havendo mais nada a tratar, o **Senhor Presidente da Câmara Municipal do Montijo** encerrou a reunião pela uma hora e vinte e quatro minutos, da qual se lavrou a presente ata que vai ser assinada. -----

E eu, *Carla Isabel Guerreiro Pereira Barbosa*, Técnica Superior da Divisão de Administração Organizacional, a escrevi e assino. -----

-----**O Presidente da Câmara Municipal,**-----



----- **Nuno Ribeiro Canta** -----

A presente ata foi elaborada em conformidade com o novo acordo ortográfico da Língua Portuguesa já em vigor